



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES CÊNICAS
CURSO DE LICENCIATURA EM DANÇA

IASMINI UILQUER DE LIMA BATISTA

MATERNIDADE E UNIVERSIDADE:
desafios quanto a permanência da mãe na Licenciatura em Dança

JOÃO PESSOA - PB
2023

IASMINI UILQUER DE LIMA BATISTA

**MATERNIDADE E UNIVERSIDADE:
desafios quanto a permanência da mãe na Licenciatura em Dança**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Licenciatura em Dança, do Departamento de Artes Cênicas, do Centro de Comunicação, Turismo e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Dança.

Orientadora: Profª. Dra Michelle Aparecida Gabrielli Boaventura.

**JOÃO PESSOA - PB
2023**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B333m Batista, Iasmini Uilquer de Lima.

Maternidade e universidade: desafio quanto a
permanência da mãe na Licenciatura em Dança / Iasmini
Uilquer de Lima Batista. - João Pessoa, 2024.
53 f. : il.

Orientação: Michelle Aparecida Gabrielli Boaventura.
TCC (Graduação) - UFPB/CCTA.

1. Dança (Licenciatura) - TCC. 2. Maternidade e
Universidade. 3. Assistência estudantil - Política. 4.
Mães - Universidade - Evasão. 5. Dança - Licenciatura -
UFPB. I. Boaventura, Michelle Aparecida Gabrielli. II.
Título.

UFPB/CCTA

CDU 793.3(043.2)

IASMINI UILQUER DE LIMA BATISTA

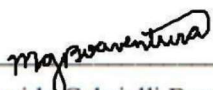
**MATERNIDADE E UNIVERSIDADE:
desafios quanto a permanência da mãe na Licenciatura em Dança.**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado à Licenciatura em Dança, do Departamento de Artes Cênicas, do Centro de Comunicação, Turismo e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Dança.

Aprovado em: 14/11/2023

Nota: 9,5

BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Michelle Aparecida Gabrielli Boaventura (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

 Documento assinado digitalmente
NÍVIA CRISTIANE PEREIRA DA SILVA
Data: 08/04/2024 21:06:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Nívia Cristiane Pereira da Silva
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Profª. Me. Juliana Costa Ribeiro
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Dedico este trabalho às minhas filhas:
Maria Alice, Vitória Catarina e Anna Íris
pelo tempo cedido da minha maternidade
para esta escrita em busca de um futuro
melhor para nós!

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus pela permissão de, mesmo em meio a tantas turbulências, conseguir concluir este Trabalho e estar na reta final da conclusão do curso que sempre sonhei.

Agradecer e dedicar este trabalho às minhas filhas: Maria Alice, Vitoria Catarina e Anna Íris por terem me cedido tempo da maternidade, tempo de brincar, conversar e compartilhar, para poder me empenhar na conclusão deste trabalho que nada mais é do que a busca por um futuro melhor para nós.

Agradeço especialmente à minha maior rede de apoio, minha mãe Letícia Lima e ao meu padrasto Libério Motta, que sem eles eu jamais conseguiria conciliar a maternidade à universidade, e eles desempenham um papel incrível cuidando e amando minhas filhas.

Gostaria de agradecer à minha irmã, Islaini Uilquer, que mesmo longe nunca me deixou desistir dos meus sonhos, e se hoje posso dançar é porque um dia ela me ensinou a dar os primeiros passos.

Também agradecer ao meu esposo, Rafael Batista, pois mesmo em meio às demandas do trabalho e da sua graduação exerce seu papel como esposo e pai, me auxiliando, apoiando e amando nessa jornada que foi tão difícil.

Um agradecimento especial à minha orientadora que não desistiu de mim mesmo nos dias que eu pensei que nada daria certo, e me mostrou que meus sonhos, vivências e danças podem ser dançadas através da minha escrita. E também aos meus amigos, Wanessa e Wagner por todo apoio nessa jornada dançante que foi a graduação em dança.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o desafio de permanecer na Licenciatura em Dança da UFPB, sendo uma mãe-universitária, tendo como objetivos específicos: i) acessar às alunas que foram mães ou já eram mães de bebês e/ou crianças pequenas dentro do Curso de Licenciatura em Dança para compreender suas trajetórias como mães-universitárias; ii) identificar quantas mães-universitárias da Licenciatura em Dança desistiram do Curso por não conseguirem conciliar maternidade e universidade; iii) refletir sobre melhorias na infraestrutura no Bloco C do CCTA que abriga a Licenciatura em Dança que possam favorecer a permanência das mães-universitárias do/no Curso e; iv) propor a criação de uma Artoteca no CCTA que sirva de apoio às mães-universitárias durante a graduação. Esse trabalho foi desenvolvido a partir da abordagem qualitativa, tendo como métodos o estudo de caso e o método autobiográfico, cujo primeiro consiste em uma pesquisa ampla sobre o assunto abordado, mas que permite que o mesmo possa ser aprofundado, podendo abrir novas possibilidades investigativas que partam da mesma temática; já o segundo, oportunizou trazer para o trabalho acadêmico as trajetórias pessoais e profissionais daqueles que escrevem, tendo em vista que minhas experiências contribuíram para a análise, discussão e reflexão da temática em questão. Os dados analisados foram produzidos através da aplicação de um questionário composto de perguntas objetivas e dissertativas enviado via *Google Forms* para cada mãe-universitária e foram analisados junto às minhas vivências enquanto pesquisadora, mas, principalmente, como uma mãe-universitária. Como resultados, percebe-se que a maior causa de evasão das mães-universitárias da Licenciatura em Dança é a ausência de uma rede de apoio, mas também a falta de suporte da Instituição, por exemplo, quanto à infraestrutura. Por fim, com o intuito de colaborar com a permanência das mães-universitárias no espaço acadêmico, esse trabalho propõe a criação de uma Artoteca no Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), visando contribuir com a permanência dessas mulheres na graduação.

Palavras-chave: mães-universitárias; política de assistência estudantil e de permanência; divisão sexual do trabalho; Licenciatura em Dança da UFPB.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the challenge of remaining in the Dance Degree at UFPB, as a university mother, with the following specific objectives: i) access to students who were mothers or were already mothers of babies and/or young children within the Dance Degree Course to understand their trajectories as university mothers; ii) identify how many university mothers studying the Dance Degree dropped out of the Course because they were unable to combine motherhood and university; iii) reflect on improvements in the infrastructure in Block C of the CCTA that houses the Degree in Dance that may favor the permanence of university mothers in the Course and; iv) propose the creation of an Artoteca at the CCTA that serves as support for university mothers during their graduation. This work was developed from a qualitative approach, using case study and autobiographical methods as methods, the first of which consists of broad research on the subject addressed, but which allows it to be deepened, opening up new investigative possibilities that start from the same theme; the second, favored bringing to academic work the personal and professional trajectories of those who write, considering that my experiences contributed to the analysis, discussion and reflection of the topic in question. The data analyzed were produced through the application of a questionnaire composed of objective and essay questions sent via Google Forms to each university mother and were analyzed along with my experiences as a researcher, but mainly as a university mother. As partial results, it is clear that the biggest cause of university mothers dropping out of the Dance Degree is the lack of a support network, but also the lack of support from the Institution, for example, in terms of infrastructure. Finally, with the aim of contributing to the permanence of university mothers in the academic space, this work proposes the creation of an Artoteca at the Center for Communication, Tourism and Arts (CCTA), where they can leave their children, serving as a development field study, mandatory and non-mandatory internships, monitoring for CCTA students.

Keywords: university mothers; student assistance and permanence policy; sexual division of labor; Degree in Dance from UFPB.

SUMÁRIO

1 PASSOS DANÇADOS: UMA MÃE ADENTRA À UNIVERSIDADE	08
1.1 METODOLOGIA	14
1.1.1 Organização do Trabalho	15
1.1.2 As mães-universitárias participantes desta pesquisa	16
2 MATERNIDADE E UNIVERSIDADE: CAMINHOS CONTRÁRIOS?	20
2.1 O CAMINHO PERCORRIDO PELA MULHER ATÉ CHEGAR À EDUCAÇÃO SUPERIOR	20
2.2 A GRADUAÇÃO EM DANÇA	25
2.3 LICENCIATURA EM DANÇA UFPB: QUANTAS MULHERES CONSEGUIRAM SE FORMAR?	26
3 REDE DE APOIO MATERNO: MATERNIDADE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, É POSSÍVEL?	30
3.1 A REDE QUE APOIA PARA EVITAR A EVASÃO	30
3.2 A REDE QUE APOIA A AMAMENTAÇÃO	33
3.3 A INSTITUIÇÃO QUE RECEBE E APOIA AS MÃES-UNIVERSITÁRIAS COM UMA ESTRUTURA ADEQUADA	34
4 TRAJETÓRIAS MTERNAS NO CURSO DE LICENCIATURA EM DANÇA DA UFPB: DESAFIOS PARA PERMANECER	37
4.1 ARTETECA NO CCTA - POLÍTICA DE PERMANÊNCIA PARA AS MÃES-UNIVERSITÁRIAS	43
5 MATERNIDADE E UNIVERSIDADE DEVE SER POSSÍVEL!	46
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE	51

1. PASSOS DANÇADOS: UMA MÃE ADENTRA À UNIVERSIDADE

Durante toda minha infância fui bailarina, baliza, ginasta, recebia prêmios e bolsas de estudo. Mesmo com tudo isso, sempre ouvia as frases de familiares e amigos de que “dança não é profissão”, “isso é apenas uma brincadeira”. Quer dizer, o meu sonho de ser uma bailarina era sempre citado e comentado pelos outros com uma frase corriqueira “Vai morrer de fome”, sempre era encorajada a esquecer esse desejo e seguir uma profissão de “verdade”. Ao longo dos anos, mesmo dando aulas de Ballet Clássico para crianças, ainda era motivo de piadas, que isso era sonho de “moleca”, que eu deveria estudar outra coisa.

Ingressei no ensino superior aos 17 anos de idade no ano de 2013, cursei Ciências da Computação até o quarto período, já tendo a formação no curso Técnico de Informática integrado ao ensino médio, estudava e trabalhava tranquilamente. Optei pelo curso que já tinha emprego na área, por facilidade.

Em 2015, ainda no Curso de Computação, descobri minha primeira gravidez. Resolvi então ir atrás de meus sonhos que, profissionalmente, era o de ser professora na área da dança, dar aulas de ballet e ser graduada em Dança pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pois acreditava que para ensinar algo para minha filha, eu precisava dar exemplo, e como ensinar minha filha a correr atrás de seus sonhos se eu não fizesse o mesmo?

Desse modo, fiz o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e, infelizmente, não consegui entrar para o curso que eu queria, a Licenciatura em Dança. Engraidei novamente e, por mais uma vez, me inscrevi no Enem. Quando fui fazer o exame, minha barriga estava tão grande que nem cabia na cadeira, o que dificultou a realização do mesmo. Assim, entre várias idas ao banheiro e muito desconforto, fiz a prova da forma que consegui. Alguns meses depois saiu o resultado e com uma filha no colo e outra ao lado comemorei minha aprovação para entrar na segunda chamada para o curso de Licenciatura em Dança.

Ingressei no segundo semestre do ano de 2018, momento em que minha filha mais nova estava com 11 meses e a mais velha com 2 anos. Eu tinha duas bebês, duas mamas cheias e um curso integral com muitas aulas práticas para que eu desse conta! Aulas pela manhã, tarde e as piores, à noite. Por muitas vezes tive que fazer a ordenha do leite materno no banheiro e descartá-lo, pois o Departamento de Artes Cênicas (DAC) não tinha um local adequado para que eu pudesse retirar o leite e nem um local

com congelador para que eu pudesse armazenar meu leite para ofertar à minha filha posteriormente ou ainda doar para algum banco de leite, se fosse o caso. Sem exagerar, foram litros de leite jogados fora que poderiam ter alimentado minha filha e/ou outros bebês que necessitavam desse cuidado.

Com muita luta consegui chegar até metade do Curso que coincide com a pandemia da Covid-19. Mesmo com a pandemia continuei sendo monitora de componentes curriculares¹, mas, neste momento, de forma online. Sempre gostei de ser monitora, entendendo isso como um passo a mais para o meu sonho de me preparar e atuar como professora. Via como um passo à frente para a docência, mas também como uma forma de contribuir financeiramente com a educação das minhas filhas, pois com a bolsa de R\$ 400,00, eu pagava a escola delas.

Posteriormente, descobri outra gravidez e, mesmo sendo considerada de alto risco, continuei realizando a monitoria de forma prática nas aulas online. Importante enfatizar que o edital de monitoria da UFPB é apenas para componentes curriculares práticos e que tenham acima de 15 estudantes. Assim, em uma dessas monitorias, tive uma hemorragia que culminou na perda do meu bebê. Tive alguns dias para retornar para as aulas práticas e após melhorar fisicamente voltei.

Após um ano engravidei novamente, sendo outra gravidez de alto risco devido a uma ruptura uterina na primeira gestação que fez com que meu primeiro parto fosse prematuro de 35 semanas, onde eu não poderia engravidar durante 5 anos, mas após 2 anos, minha segunda filha também nasceu prematura, sendo considerada extrema com apenas 28 semanas de gestação. Mesmo estando grávida pela quarta vez de mais uma gravidez de alto risco não desisti do Curso. Continuei com as aulas práticas, em que alguns professores entendiam o fato que eu tinha uma gravidez de alto risco e outros não. Mas, houve uma aula em que passei mal e na volta para casa desmaiei no ônibus, descobrindo assim uma Diabetes Gestacional. Com isso, estava impedida de realizar atividades práticas devido ao laudo médico expedido pelo Hospital Universitário (HU), onde fazia o acompanhamento da gestação. Segundo os médicos, eu não poderia realizar atividades físicas, pois estava tendo hipoglicemia ao me exercitar e precisava ficar em repouso total para manter minha segurança e da bebê. Logo, os médicos me orientaram a solicitar Regime de Exercícios Domiciliares, conforme previsto na Resolução nº 29/2020 da UFPB.

¹ Disciplina: Técnicas Somáticas; Anatomia e fisiologia da Dança; Fundamentos Sócio-Histórico da Educação.

Segundo a Resolução supracitada, para eu ter direito ao Regime de Exercícios Domiciliares, deveria renunciar às disciplinas práticas. Tendo em vista que sou graduanda em um Curso de Dança, todos os componentes curriculares que eu estava matriculada eram predominantemente práticos, inclusive estava realizando o Estágio Supervisionado III - Dança, que precisei trancar. Mas, mesmo com o regime domiciliar, enfrentei muitos desafios para terminar o período, pois eu precisava sempre ir atrás de atividades para que eu pudesse obter notas nas disciplinas, sentia muito medo de reprovar e isso acabava influenciando na minha glicemia, fazendo com que eu passasse muito mal.

Ao longo do meu regime domiciliar ficou perceptível como a universidade não foi criada e não está preparada para receber uma mulher-mãe, especialmente em cursos práticos e isso precisa ser mostrado e problematizado. A Resolução nº 29/2020 da UFPB não considera o regime domiciliar para os cursos práticos, não oferecendo uma alternativa senão o trancamento dos componentes curriculares com teor prático.

Com isso, questionei-me quantas outras mães tiveram que ceifar seus sonhos, desistir de seus cursos para poder criar suas prioridades, seus filhos! Quantas outras mães do meu Curso tiveram que dançar com seus filhos no ventre e no colo, quantas crianças precisavam acompanhar suas mães nas aulas, inclusive nas práticas, e muitas delas desistiram no meio da Licenciatura por falta de estrutura da UNIVERSIDADE em recebê-las, mas também pela incompreensão de professores acerca da necessidade dessas mães permanecerem e concluírem seus cursos.

Percebo que nós mães não temos o mínimo de oferta da universidade para que possamos permanecer, como bolsas para mães, uma rede de apoio para cuidar dos filhos de quem precisa estar em aula e não possui essa rede entre amigos e familiares, um local adequado para alimentar, limpar, cuidar das crianças pequenas, flexibilidade nas avaliações para as mães que têm que estar com seus filhos em sala. Conforto, compreensão, segurança, cuidado, é isso que precisamos. É como se fosse falado “até podemos recebê-la, mas você precisa se adaptar ou melhor se sacrificar”, isso nos coloca como protagonistas do problema, onde nós precisamos nos adaptar, nós precisamos dar um jeito para assistir as aulas, trocar as crianças, amamentá-las em meio a aula, dentre outras, ou seja, o problema é mãe e seu filho e não a falta de estrutura da universidade.

Existe um ditado popular que diz “onde não cabe meu filho, não me cabe”, nesse caso jamais caberia mães na universidade, prova disso é que não há um fraldário, então,

como uma mãe traz o seu bebê? Onde você troca? Onde você amamenta? Como participa ativamente de aulas teóricas e, principalmente, práticas? Como se dança? Como se escreve? Meu TCC foi escrito com minha filha mais nova nos braços e agradecendo por não ter perdido mais uma, no esforço de conseguir me graduar.

Minha filha nasceu com 36 semanas e foi mais um parto arriscado, chegando ao hospital com ela em sofrimento fetal. Após o nascimento, ela foi diagnosticada com icterícia tardia, teve hipoglicemia nas primeiras 48h de vida, aumentando em mais um dia a estadia no hospital. Após recebermos alta, era necessário retornar a cada 48h ao hospital para coletar novos exames de sangue e, desse modo, controlar a bilirrubina do sangue dela, para diagnosticar a necessidade ou não de fototerapia e, mesmo nesse contexto, além de estar cirurgiada (cesariana e laqueadura) e amamentando, precisei realizar atividades do Curso para não ser reprovada nos componentes curriculares que estava cursando.

Entre idas e vindas em ônibus lotados, muitas vezes em pé, chegando na universidade com o corpo quente e entrando na sala de aula com o ar condicionado ligado, no período de dois meses minha bebê não aguentou e adoeceu. Destaco que quando começou o período 2022.2 ela estava com apenas dois meses e quando estava com quatro meses tive que faltar a uma aula prática, pois minha filha foi tirada de casa pelo SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), saturando 79, 80. Mais uma vez fui julgada pelas pessoas que diziam, “você leva sua filha para um local lotado?”, “você anda de ônibus com sua filha prematura?”, dentre outros comentários que ouvia. Eu era questionada sobre a situação que estava expondo minha filha e acusada de colocar a vida dela em risco. A pergunta, seguida de resposta, que mais doeu foi: “uma formação vale mais que sua filha? não, não vale!”. Mas, por que nós mães precisamos responder sobre isso? Por que nós mães temos que escolher entre nos formar e ter uma profissão ou ser mãe?

Durante esse atendimento, o médico informou que seriam 45 dias de isolamento da minha filha que estava com bronquiolite e infecção urinária, então isso contabilizava quase o fim do período. Nessa situação, só me restava contar com a compreensão e apoio dos professores dos componentes curriculares nos quais estava matriculada e, por muita empatia e solidariedade, permitiram que fizesse os exercícios e encontros de forma online para que eu pudesse continuar os cuidados com minha filha, até porque estava matriculada em componentes que eram pré-requisitos para os últimos da minha formação.

Em meio aos cuidados com minha filha mais nova, as minhas outras duas filhas adoeceram, uma com infecção urinária e outra com otite. Nesse momento, tinha três fichamentos para entregar e estava com três filhas doentes. Fiz o fichamento no Hospital Infantil enquanto minha filha mais velha tomava soro e a mais nova chorava em casa, pois já estava há quatro horas sem mamar. Chorei, pois muitos poderiam me julgar egoísta por querer concluir minha graduação, por ter pressa em me formar, mas poucos sabem o quanto a formação irá melhorar a qualidade de vida das minhas três filhas, o quanto facilitará encontrar um emprego após a conclusão do curso.

Mesmo diante dos meus desafios, ainda sou privilegiada por ter uma rede de apoio. Tenho uma mãe e um padrasto que me ajudam com os cuidados com as minhas filhas, um esposo que cumpre suas obrigações com os cuidados com as crianças. Porém percebo o quanto sempre é difícil para a mãe, pois no momento de doença quem pensa em desistir do Curso é a mãe, quem tem que abrir mão de tudo é a mãe, isso tudo devido a sociedade machista que sempre associa os homens como sendo provedores da família, onde a principal responsável pelos cuidados da casa e dos filhos é a mãe. Meu esposo também é aluno do Bacharelado em Educação Física da UFPB, e enquanto eu estou matriculada em apenas três disciplinas, ele está em cinco, sendo dois estágios (um remunerado) e uma monitoria em projeto de extensão. Porém, mesmo ele sendo um pai que exerce suas obrigações, 90% dos cuidados de uma criança ou mais dependem de mim, principalmente para uma criança em aleitamento materno exclusivo como é o caso da minha filha.

Questiono-me quando as autoridades responsáveis pelo auxílio estudantil irão entender as necessidades de uma mãe-universitária que precisa estar em um Curso integral e precisa ser mãe em tempo integral, por que temos que escolher um ou outro? Por que temos que colocar em uma balança sendo que já carregamos tanto peso? Será que quem elaborou o regime domiciliar sabia o que era ser mãe em tempo integral? E o quanto uma mãe de três filhos necessita de uma formação para poder alimentar, vestir, pagar estudos, cuidar da saúde das crianças? É uma pergunta que poucos podem fazer: quem cuida da mãe que cuida? Como está a saúde mental da mãe que precisa lutar para se formar ao mesmo tempo em que precisa criar seus filhos?

Para tentar refletir acerca de tais perguntas, o objetivo geral deste trabalho é o de analisar o desafio de permanecer na Licenciatura em Dança da UFPB, sendo uma mãe-universitária. Os objetivos específicos são: i) acessar às alunas que foram mães ou já eram mães de bebês e/ou crianças pequenas dentro do Curso de Licenciatura em Dança

para compreender suas trajetórias como mães-universitárias; ii) identificar quantas mães-universitárias da Licenciatura em Dança desistiram do Curso por não conseguirem conciliar maternidade e universidade e; iii) refletir sobre melhorias na infraestrutura no Bloco C do CCTA que abriga a Licenciatura em Dança que possam favorecer a permanência das mães-universitárias do/no Curso e; iv) propor a criação de uma Artoteca no CCTA que sirva de apoio às mães-universitárias durante a graduação.

Por muito tempo acreditei que esse problema não deveria ser falado, eu já estava perto de terminar a graduação, então eu me formaria e tudo ficaria bem. Porém, percebi que esse pensamento era muito egoísta, pois eu não sou a primeira, nem serei a última mãe a enfrentar o desafio de permanecer e concluir um Curso Superior. Então, resolvi ter esta temática como objeto de estudo do meu TCC, entendendo que esse assunto precisa ser visto, refletido e discutido dentro da UFPB, especialmente, na Licenciatura em Dança, onde tenho vivido inúmeros desafios para me formar sem deixar de ser mãe, tendo assim um documento formal sobre o assunto.

Ao olhar quantas mães renunciaram ao seu Curso para cuidar dos seus filhos, percebi que não se falava sobre isso e que, muitas vezes, era tratado como algo sem importância, falo “era”, pois este trabalho é destinado para que isso seja falado e seja ouvido! Portanto, através desse TCC espero contribuir para que outras mães do meu Departamento possam falar sobre suas necessidades como gestantes, mães e graduandas, mas que também possa fomentar mudanças na UFPB, especialmente em suas resoluções.

Que as mães-universitárias possam se sentir acolhidas e percebam que não estão sozinhas, que possam ter uma roda de conversa para compartilhar suas lutas diárias e seus pensamentos, que possam ajudar umas às outras e formar uma rede de apoio. Mais do que isso, que possamos reivindicar melhorias para permanecermos no ambiente acadêmico com nossos filhos, tais como: uma brinquedoteca, um trocador, um local para amamentar, isso seria o mínimo a nos oferecer para nos manter na graduação, pois precisamos, por exemplo, que a resolução da UFPB seja modificada e compreenda a importância em garantir licença maternidade de seis meses para gestantes e puérperas. Como forma de apoio, o Centro de Educação (CE) da UFPB possui uma brinquedoteca onde algumas mães deixam seus filhos durante o período em que estão em aula, tomando esse projeto como inspiração, proponho a criação de uma Artoteca para que as mães do CCTA possam ter este apoio, contribuindo para que permaneçam e consigam concluir seus Cursos.

1.1 METODOLOGIA

Esse trabalho foi desenvolvido a partir da abordagem qualitativa que, segundo Mirian Goldenberg (2004), a preocupação do pesquisador não é a de representar seus resultados de forma numérica sobre todo o grupo pesquisado, mas deve ter como objetivo aprofundar a compreensão daquele grupo social e de sua trajetória. Assim, foram utilizados os seguintes métodos, o estudo de caso e o método autobiográfico. Sobre o estudo de caso, ele não é considerado

[...] uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos. O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística (Goldenberg, 2004, p. 34).

No caso deste trabalho em específico o estudo de caso foi usado como uma técnica para acessar o contexto social, individual e familiar das mães-universitárias participantes desta pesquisa, com o objetivo de compreendê-las em suas próprias vivências, como também trazer seus relatos para que tenham visibilidade e voz ativa.

Uma vez que a pesquisa se desenvolveu no âmbito da Licenciatura em Dança, buscando compreender o contexto da permanência ou desistência do Curso das mães-universitárias e por eu estar inserida nesse contexto enquanto mãe-universitária, também foi utilizado o método autobiográfico, com o intuito de trazer para o trabalho acadêmico as minhas trajetórias pessoais e profissionais, tendo em vista que minhas experiências contribuíram para a análise, discussão e reflexão dos dados produzidos.

Howard Becker (1994) informa que o método autobiográfico também é conhecido como biografia e histórias de vida. O autor explica que esse método é importante para validar a experiência do sujeito, inclusive do pesquisador, entretanto, ele não revela a história toda de uma pessoa, mas apenas uma versão que ele seleciona para apresentar como retrato de si, e que isso pode levar que ele ignore algo que seja totalmente relevante para a pesquisa. Porém, neste trabalho busquei trazer minha história de vida de modo a complementar as biografias das mães-universitárias

participantes, buscando demonstrar que a individualidade de cada uma faz parte de um coletivo.

Os dados dessa pesquisa foram produzidos através da aplicação de um questionário composto de perguntas objetivas e dissertativas que foi enviado via *Google Forms* para cada mãe-universitária e analisados junto às minhas vivências enquanto uma mãe-universitária, demonstrando, assim, a relevância da utilização do método autobiográfico. As respostas ao questionário via formulário contribuíram para delinear o perfil dessas mães-universitárias sejam elas graduandas ou egressas, identificando quantas tiveram que escolher entre maternidade e universidade, quantas conseguiram concluir o Curso ou, se desistiram, em qual momento isso aconteceu e por qual motivo. Sendo possível, desse modo, perceber se a estrutura oferecida tanto pelo Curso de Dança, DAC, CCTA quanto pela UFPB contribuíram para a sua permanência ou desistência da graduação.

No que se refere ao público dessa pesquisa, o critério utilizado para participação foi o de serem mulheres, que ingressaram no Curso sendo mães ou que se tornaram mães durante a Graduação, ou seja, que tiveram que exercer a maternidade durante sua vivência na universidade. Nessa pesquisa as mulheres pesquisadas são denominadas de mães-universitárias e ao tratar especificamente de cada uma foi utilizado o nome fictício que escolheram durante a aplicação do formulário. A análise do questionário serviu como ferramenta para propor melhorias no Curso, DAC e CCTA, buscando favorecer a rotina de estudos das mães-universitárias como, por exemplo, nas aulas práticas. Mas, também como instrumento de luta para garantir que nossas reivindicações sejam colocadas em prática.

1.1.1 Organização do trabalho

Esse trabalho divide a fundamentação teórica em três capítulos, para melhor entendimento acerca da maternidade e universidade, e seus desafios quanto à permanência das mães-universitárias na Licenciatura em Dança, antecidos pela Introdução, denominada como **Passos dançados: uma mãe adentra à universidade**, onde abordo sobre minha vivência como mãe-universitária e os caminhos que me levaram ao Curso de Licenciatura em Dança e o presente trabalho.

No capítulo 1 - **Maternidade e universidade: caminhos paralelos ou contrários?**, é apresentado o contexto histórico sobre a entrada da mulher na

universidade e que, mesmo com esta conquista, percebe-se que existe uma desigualdade de gênero no ambiente acadêmico e, mais ainda, da classe materna, que vem sofrendo para se manter nesse espaço.

Já o capítulo 2 - **Rede de apoio materno: maternidade e formação profissional, é possível?**, traz à tona os desafios de se estabelecer uma rede de apoio materno, discutindo, por exemplo, o que é ajuda e o que é obrigação. É analisado o impacto de uma sociedade machista e patriarcal na vida da mulher, mais especificamente, da mãe-universitária.

No capítulo 3 - **Trajetórias maternas no Curso de Licenciatura em Dança da UFPB: desafios para permanecer**, é apresentado e discutido o quadro das alunas que ingressaram no Curso já sendo mães, e daquelas que se tornaram mães ao longo da Graduação, buscando compreender sobre sua trajetória como mãe-universitárias. Foram analisadas questões relacionadas ao principal motivo que as levaram a desistir do Curso; a relação entre desistência do Curso e a maternidade; bem como a estrutura oferecida pelo Departamento de Artes Cênicas para corroborar com a permanência das estudantes que necessitam conciliar maternidade e universidade. Há também a proposição da criação de uma Artoteca como forma de apoio da Instituição para as mães-universitárias permanecerem no Curso e conseguirem se formar. Por fim, são feitas as considerações finais: Maternidade e Universidade deve ser possível!, onde são feitas reflexões acerca dos relatos das mães-universitárias e como isso pode ser utilizado para que estas e outras mulheres possam permanecer no Curso e conquistarem sua formação profissional.

1.1.2 As mães-universitárias participantes desta pesquisa

Como mencionado anteriormente, algumas mães-universitárias participantes desta pesquisa são mulheres que já eram mães antes de ingressarem na Licenciatura em Dança da UFPB, outras se tornaram mães durante a Graduação. Mas, todas elas, em algum momento do Curso, tiveram que exercer a maternidade durante sua vivência na universidade.

Para início da pesquisa foram contatadas 18 mulheres, sendo que 13 aceitaram participar da investigação, porém apenas sete realmente participaram. Todos os contatos foram realizados por mensagens enviadas através do aplicativo *WhatsApp* e, em seguida, enviado um link para o formulário do *Google Forms* com questões objetivas e

dissertativas sobre suas vivências relacionadas à maternidade e à universidade, além de conter perguntas que pudessem traçar um perfil socioeconômico dessas mulheres. Algumas responderam prontamente ao contato e ao formulário, outras precisaram ser comunicadas mais de uma vez, houve também quem não respondesse a nenhum dos contatos. A especificação das respostas recebidas pode ser observada na Tabela 1 que se encontra abaixo.

Tabela 1: Participação na pesquisa

RESPOSTAS PARA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA	PARTICIPANTES
Respondeu afirmativamente e participou	07
Respondeu afirmativamente, mas desistiu sem comunicar	06
Visualizou a mensagem, mas não respondeu	03
Não foi possível contato	02
TOTAL	18

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada por Iasmini Uilquer (2023).

Ao entrar em contato com 18 mulheres para participação na pesquisa, idealizei que a maioria delas participariam. Entretanto, fiquei surpreendida com o número reduzido de participantes, apenas sete. Uma possível hipótese para que as mães que responderam afirmativamente participar da pesquisa, mas desistiram sem comunicar, seja pela correria do dia a dia que pode envolver trabalho, estudo, maternidade, casa, implicando na falta de tempo para responder ao formulário. Em relação às sete mães-universitárias que participaram da pesquisa, apresenta-se na Tabela 2 o perfil socioeconômico de cada uma delas, buscando fomentar o debate acerca de suas condições financeiras, étnico-raciais e etárias que podem contribuir para o entendimento de terem permanecido ou desistido da Licenciatura em Dança.

Tabela 2: Perfil socioeconômico das mães-universitárias

PERFIL DAS MULHERES PARTICIPANTES DA PESQUISA							
Nome Ficcional	Adélia	M.M	Pat	Gi	R.O.S	K.M.A	Pina

Idade	32	30	44	34	40	37	38
Identidade étnico-racial	Branca	Branca	Parda	Negra	Parda	Parda	Branca
Estado civil	União estável	Solteira	Casada	Casada	Casada	Casada	Solteira
Composição familiar	Companheiro e filho	Companheiro e filho	Esposo e filho	Esposo e filhos	Esposo e filhos	Esposo e filhos	Filhos, pai e mãe
Idade dos filhos ao ingressar no Curso	1 ano e meio	4 anos	8 anos	3 anos e 12 anos	Não tinha	Não tinha	11 anos
Profissão	Concursada	Contratada	Autônoma	Autônoma	Concursada	Carteira assinada	Contratada
Renda familiar mensal aproximada	03 até 05 salários mínimos	03 até 05 salários mínimos	03 até 05 salários mínimos	03 até 05 salários mínimos	03 até 05 salários mínimos	03 até 05 salários mínimos	Até 02 salários mínimos
Ano de ingresso na Licenciatura em Dança	2022	2016	2018	2017	2016	2013	2017
Formada?	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada por Iasmini Uilquer (2023).

Observa-se na Tabela 2 que as mães-universitárias são mulheres entre 32 e 38 anos. Sobre o estado civil, quatro são casadas, duas solteiras e uma está em uma união estável. As sete residem com os pais das crianças e seus filhos, uma delas também reside com seus pais. Referente à renda familiar mensal, todas afirmaram receber entre 02 e 05 salários mínimos e, no momento da aplicação do questionário da pesquisa, todas estavam empregadas, sendo duas concursadas, duas contratadas, duas autônomas e uma respondeu que possui carteira assinada. Dessas sete mulheres, apenas duas já concluíram o Curso de Licenciatura em Dança; uma está para ser jubilada (quando se passa do tempo máximo para formação) por não ter conseguido concluir um componente curricular; duas estão com o Curso em andamento e duas desistiram. Em síntese, a Tabela 2 demonstra que todas as mães-universitárias participantes da pesquisa precisam conciliar trabalho, estudo e maternidade, exercendo uma tripla jornada, mesmo residindo junto aos pais e familiares.

2. MATERNIDADE E UNIVERSIDADE: CAMINHOS CONTRÁRIOS?

2.1 O caminho percorrido pela mulher até chegar à Educação Superior

Sempre houve uma grande preocupação com a educação da mulher que, em determinado momento, era voltada para a formação doméstica, onde as meninas deveriam desde cedo aprender o que fazer e como se comportar dentro de casa, para serem vistas pela sociedade como boas filhas e assim, futuras boas esposas e, conseqüentemente, boas mães, que ensinariam às suas filhas o mesmo caminho. E, desse modo, o ciclo ia se repetindo.

Essas mulheres, futuras esposas e mães, tinham aulas de etiqueta, de costura, bordado, aprendiam a cozinhar, limpar e como se comportar em cada situação. Contrariamente, na mesma época, os meninos eram educados para estudarem, trabalharem fora e encontrarem uma boa esposa que, conseqüentemente, também seria uma boa mãe para seus filhos. Assim, a eles cabia prover financeiramente suas famílias, tendo suas obrigações fora do ambiente domiciliar enquanto suas esposas deveriam se ocupar das atividades domésticas.

Assim, percebe-se que “durante a maior parte da história brasileira existiu uma divisão sexual do trabalho que, de modo geral, impunha às mulheres as atividades domésticas e de reprodução (privadas), e aos homens as atividades extra domésticas produtivas (públicas)” (Beltrão; Alves, 2009, p. 131).

O acesso à escola regular teve uma grande demora, pois as mulheres tinham suas aulas dentro das próprias casas e, mesmo assim, vale ressaltar que o ensino para as meninas era totalmente diferente do ensino para os meninos, pois enquanto elas tinham como objetivo aprender os afazeres domésticos para que pudessem se tornar boas mulheres para o casamento, e depois ensinarem e guiarem suas filhas pelo mesmo caminho, os meninos estudavam para serem advogados, médicos, que teriam suas esposas dedicadas a eles, aos filhos e à casa (Feclesc, 2010).

Desde a chegada dos colonizadores ao Brasil, o ensino concentrava-se nas mãos da Igreja, jesuítas principalmente, mas também de outras ordens religiosas como, por exemplo, os franciscanos. O ensino era ministrado nas missões e nos colégios que foram fundados pelas ordens religiosas, que tinham como objetivo formar as elites no Brasil e a catequese, que ensinava a doutrina da igreja católica.

Segundo Stamatto (2002), em 1549 foi erguida a primeira escola de ler e escrever, e os jesuítas tinham como objetivo a formação cultural da elite branca e masculina, assim as mulheres ficaram excluídas do sistema escolar estabelecido na colônia. O máximo que as mulheres conseguiam era educar-se na catequese, elas eram sempre destinadas ao lar, casamento, trabalho domésticos, cantos e orações, sob o controle dos pais e maridos.

No período colonial as mulheres tiveram acesso restrito à escolarização, podendo em alguns casos estudar em suas próprias casas, com preceptores ou as que visavam a vida religiosa, poderiam estudar em conventos. A principal função da mulher na colônia, mesmo tendo uma pequena oportunidade de estudar, era ser boa esposa e mãe, os conventos eram os únicos estabelecimentos institucionais para educação das meninas que era permitido (Algranti, 2000, p. 252). Percebe-se, desse modo, que a escolarização não era voltada para a inserção feminina em atividade pública, mas sim para a vida privada, uma vez que a sociedade ainda concebia, criava e formava as mulheres para o casamento ou para vida religiosa.

A partir da reforma pombalina executada pelo Sebastião José de Carvalho e Melo conhecido como Marquês de Pombal, a situação foi sendo modificada e as meninas foram ganhando permissão para frequentar as aulas. A educação passou a ser exercida pelo Estado, havendo abertura e instalação de escolas para o público feminino, porém o ensino era feito separadamente pelo sexo, assim, as meninas só tinham aulas com professoras mulheres e os meninos com professores homens.

Desse modo, a reforma pombalina possibilitou que as mulheres estudassem e veio a fomentar um mercado de trabalho para elas, que poderiam exercer o magistério público, podendo se tornar professoras para as meninas. Em 1755, foi determinado pelo governo português que deveria haver duas escolas para ensinar a ler e escrever, uma destinada às meninas e outra aos meninos. Essa separação só foi banida em 1827, onde a Lei Geral padronizou as escolas de primeiras letras (as candidatas solteiras tinham que apresentar licença de seus pais; e as casadas eram obrigadas a ter o consentimento por escrito de seus maridos). Mesmo assim, as mulheres não aprendiam todas as matérias ensinadas aos meninos, principalmente as que eram consideradas mais “racionais” como, por exemplo, geometria, e diferente dos meninos elas aprendiam sobre a “arte do lar”, onde era ensinado os afazeres domésticos (Stamatto, 2002, p. 5).

Além dos conventos, existiam colégios particulares, escolas normais e primárias, destinados para o público feminino, essas mulheres desde o início eram guiadas para o

estudo graças às suas famílias, mas e aquelas que não tinham pais? As que eram órfãs? Sobre isso, em 1857 o governo da província do Rio Grande do Sul, fundou o Asilo de Santa Leopoldina, para meninas pobres, de 5 a 13 anos, que não tivessem pais. A direção, inicialmente, foi confiada às religiosas do Sagrado Coração de Jesus e depois ficou sob os cuidados de cinco pessoas da elite, entre elas mulheres da alta sociedade. Era ensinada a educação geral e como sempre o ensino para o trabalho doméstico apropriado para a mulher (Bakos; et al. 1991, p. 129-133). Segundo Stamatto (2002), esse Asilo foi extinto em 1880 mas, antes de fechar suas portas, formou 39 mulheres para o casamento e 29 para o magistério.

Um ano após o fechamento do Asilo houve um grande marco para a história do Brasil na educação: a primeira mulher brasileira a se formar no Ensino Superior, em 1881, Maria Augusta Generosa Estrella. No Brasil, as mulheres só foram autorizadas a cursar o Ensino Superior no ano de 1879 por Dom Pedro II, que era o Imperador do Brasil na época. Blay e Conceição (1991) narram que Maria Augusta Generosa Estrella se formou em medicina em 1881 na cidade de Nova York, Estados Unidos da América (EUA).

Maria Augusta foi para os EUA, pois sua família pode matriculá-la em uma universidade americana, já que na época ainda não era permitido o ingresso de mulheres no curso de medicina no Brasil. Esse desejo de cursar medicina vem da sua história de vida, pois desde jovem sempre foi muito dedicada aos estudos e já era fluente em cinco idiomas - inglês, francês, espanhol e alemão, além do português - com 13 anos sofreu um acidente de navio e foi a responsável por cuidar de várias pessoas, fazendo curativos e demonstrando coragem e frieza na realização de tal tarefa.

Descobriu enquanto estudava que existia o curso de medicina em Nova York onde era permitida a entrada de mulher a partir de 18 anos, porém ela só tinha 16 anos. Mesmo assim, Maria Augusta conseguiu convencer a congregação da instituição - o *New York Medical College and Hospital for Women*, exclusivo para mulheres – através de uma dissertação que explicava o motivo pelo qual ela desejava cursar medicina, conseguindo ingressar no curso. Entretanto, posteriormente, a empresa do seu pai faliu, e ela teria que voltar ao Brasil, porém o Imperador Pedro II, ao saber da sua história, se prontificou a pagar os estudos e estadias dela até se graduar. Assim, Maria Augusta se formou, mas não pôde receber o diploma, pois só tinha 19 anos e a idade mínima exigida era 21 anos. Logo, continuou estudando e se especializando enquanto estagiava

e, em 1881, se formou, foi oradora e ganhou uma medalha em homenagem a sua trajetória no curso (Agenda Bonifácio, [20–]).

Ao retornar ao Brasil foi recebida pelo Imperador Pedro II, porém não pôde exercer sua profissão até passar pelos exames da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Provavelmente inspirado na trajetória de Maria Augusta, o Imperador Pedro II inaugurou a primeira instituição de ensino superior para mulheres (Agenda Bonifácio, [20–]).

De acordo com o Decreto Lei nº 7.247, de 19 de abril de 1879, que foi proclamado por Carlos Leôncio de Carvalho, as mulheres podiam frequentar o ensino superior nas Faculdades de Medicina, nos cursos de Cirurgião Dentista, Farmácia, Obstétrico, com os critérios de:

Aprovação nas seguintes matérias portuguez, latim, francez, inglez, philosophia, aritmetica, algebra até equações do 1º gráo e geometria. Para a inscripção no curso obstétrico:

1º Idade maior de 18 annos, sendo homem, e de menos de 30 e mais de 18, sendo mulher;

2º Ser vaccinado dentro do prazo não maior de 4 annos;

3º Approvação nas materias seguintes: portuguez, francez, arithmetica, algebra e geometria.

§ 19. Para o curso de cirurgião dentista: certidão de ser maior de 18 annos, attestado de vaccina não anterior a 4, e de ter sido approved em: portuguez, francez, inglez, arithmetica, algebra e geometria.

§ 20. E' facultada inscripção de que tratam os §§ 16, 17, 18 e 19 aos individuos do sexo feminino, para os quaes haverá nas aulas logares separados.

As disposições dos mesmos paragraphos, na parte relativa aos novos preparatorios, só começarão a vigorar em 1881.

Percebe-se que a promulgação desse Decreto Lei foi em 1879, ma só entrou em vigor em 1881, fazendo com que as mulheres tivessem que esperar para ter acesso às formações.

Alguns anos depois, como resultado das transformações sociais que ganharam espaço após a Revolução Industrial (que ocorreu nos anos 1760 à 1820/1840), tem-se a criação em 1909 do Curso de Economia Doméstica, buscando eficácia científica nas tarefas cotidianas da casa para que pudesse melhorar a qualidade de vida das famílias. A economia doméstica era um campo de conhecimento relacionado às funções da família, lidando com conhecimentos científicos, teórico-práticos, que se relacionam à esfera reprodutiva que é onde se reproduz o social do ser humano, todo contato que ele se relaciona com saúde, higiene onde mora, como se alimenta, com quem socializa no seu dia a dia (Menezes, 2008).

Segundo Ana Carla Menezes (2008), a Economia Doméstica é uma profissão que tem interesse nas Ciências Naturais e Sociais, como também profissionais, que são influenciados por conhecimentos das duas ciências e extrai conteúdos das disciplinas de Química, Sociologia, Arte, Biologia, Filosofia, Antropologia, Física e Economia. No campo profissional tem o intuito de melhorar a qualidade de vida, das funções relacionadas com a manutenção humana e satisfação plena de suas necessidades básicas, com foco em entrar em um mercado de trabalho que dê acesso ao exercício dessas funções junto às famílias, comunidades e instituições. Nesse sentido, percebe-se que a Economia Doméstica surgiu como uma área facilitadora para promover um elo entre duas esferas - a doméstica e a pública.

A Economia Doméstica formalmente veio a existir em 1909 como resultado de mudanças sociais que tiveram lugar com o advento da revolução industrial. Famílias mudaram para cidades e puderam trabalhar em fábricas e mudar o seu modo de vida, ocorrendo uma mudança significativa no qual as famílias tiveram mais tempo juntas e homens, mulheres e crianças uniram-se na força do trabalho. Durante este período ocorrem muitas mudanças sociais, principalmente no meio familiar no qual as crianças foram levadas a acreditar ser descuidadas, anormais e irresponsáveis, devido a separação e ausência dos pais dentro do lar (Menezes, 2008, p. 2).

A Economia Doméstica permitiu que estudantes interessados na área e a população em geral pudessem entender as mudanças sociais que estavam afetando os lares, visando contribuir para a manutenção das famílias. Assim, a Economia Doméstica era vista como provedora do cuidado, da criação e da formação necessárias para as pessoas da sociedade. Muitas pessoas acreditavam que a sociedade poderia falir caso as famílias falissem, tendo em vista que os lares do passado eram os provedores de habilidades e influências éticas, a responsabilidade para essas instruções ficou para as escolas, porém essas não estavam sendo capazes de remediar a situação.

A família, após a Revolução Industrial, evidenciou os papéis principais distintos, onde cumpre com a satisfação dos seus membros emocionalmente, e pode se dividir em dois parâmetros: reprodução e produção. Assim, cabe aos homens produzirem e as mulheres reproduzirem, e entre esses dois, a Economia Doméstica auxilia a reprodução, buscando eficácia científica nas tarefas do cotidiano da casa, visando a melhoria da qualidade de vida das famílias e que na época era destinado apenas às mulheres. A formação tinha como intuito ensinar as mulheres a desenvolverem com eficiência as tarefas do lar, tais como cozinhar, costurar, lavar e passar roupa, ser econômica, cuidar dos filhos, entre outras. Portanto, é a partir da criação do curso de Economia Doméstica

que as mulheres, de fato, adentram ao Ensino Superior, embora, o interesse principal não fosse a sua formação e sim capacitá-las para serem boas esposas, mães e donas de casa, cuidando com responsabilidade do dinheiro do marido.

Com a grande expansão que ocorreu na universidade no ano de 1970 é que as mulheres realmente começam a fazer parte de uma forma bem expressiva no ensino universitário no Brasil. É a partir do ingresso da mulher nas universidades que o ensino superior consegue se expandir no Brasil (Feclesc, 2010, p. 4).

Atualmente, segundo o Censo da Educação Superior (2021), o número de mulheres matriculadas no Ensino Superior é de 5.249.275 dos 8.987.120 estudantes matriculados. Isso significa que 58% do total de estudantes que estão em cursos superiores são mulheres, ou seja, são maioria no Ensino Superior.

2.2 A graduação em Dança

Em 1956 um dos cursos que as mulheres poderiam ingressar no Brasil era a Graduação em Dança. Segundo Boaventura (2021) a Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi a pioneira na criação e efetivação do primeiro Curso de Graduação em Dança no referido ano, que daria a habilitação em Bacharelado e Licenciatura.

Em 1984, houve a implantação do Curso de Dança também em níveis de Bacharelado e Licenciatura da Faculdade de Artes do Paraná (FAP)¹³⁴. Em 1985, o Rio de Janeiro recebeu a sua primeira Licenciatura em Dança através do Centro Universitário da Cidade (UniverCidade). E, finalizando a década de 1980, no ano de 1986, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) abriu seus cursos de licenciatura e bacharelado em dança. Em 1986, a Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES) criou um curso de dança (Boaventura, 2021, p. 143).

Boaventura (2021) chama atenção para o fato que por quase 30 anos a única universidade brasileira a oferecer a formação superior em dança era a UFBA. E apenas na década de 1980 que outros quatro cursos foram abertos: FAP, UNICAMP, UniverCidade e UNIMES. Nesse contexto,

estas quatro Instituições de Ensino Superior foram responsáveis por uma mudança significativa no cenário da Dança produzida no Brasil, não só na produção acadêmica como também na produção artística. Antes deste acontecimento, muitos profissionais da área buscavam suas formações superiores em cursos da área da Saúde como: Educação Física e Fisioterapia ou ainda nas áreas das Ciências Humanas, como: Pedagogia e Psicologia. Ademais, a formação em outras áreas de Artes (Música, Teatro e Artes Visuais) no Brasil ainda

era uma realidade tão tímida quanto a própria formação em Dança (Molina, 2008, p. 38).

Boaventura (2021) afirma que nos anos 2000 a criação dos cursos de dança teve um aumento significativo o que pode ser constatado no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Ensino Superior (e-Mec) (2021).

A procura por uma educação formal em universidades leva o sujeito a adquirir uma profissão, tornando-o bacharel ou licenciado em dança. Ao se bacharelar, o profissional pode atuar como bailarino, intérprete, coreógrafo, produtor artístico-cultural, diretor de espetáculo, arte-educador, arte-terapeuta, professor de dança em espaços não formais, tais quais: organizações governamentais (OG) ou ONG, espaços culturais, projetos sociais, igrejas, escolas e academias de dança, por exemplo. São diversas as opções de trabalho e o profissional pode se voltar para o campo artístico, cultural, social, do lazer e da saúde, bem como o educacional (com exceção da educação formal) (Boaventura, 2021, p.154).

Com a expansão da criação dos cursos de Dança por todo o Brasil, a Licenciatura em Dança chegou na Paraíba em 2013, sendo oferecida pela UFPB e completou em 2023, 10 anos do início de suas atividades.

2.3 Licenciatura em Dança da UFPB: quantas mulheres conseguiram se formar?

O único Curso de Licenciatura em Dança da Paraíba encontra-se na UFPB, tendo sido criado em um “[...] momento propício para sua construção e implementação, visto que há uma mobilização por parte do Governo Federal para a renovação dos cursos e suas estruturas curriculares que prevê a criação de novas modalidades de graduação” (Vicente, Schulze, Serpa, 2012, p. 12). Michelle Boaventura (2021) explica que o Curso foi aprovado pela Resolução nº 62/2012 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), sendo ofertado pelo Departamento de Artes Cênicas (DAC), do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), que fica no Campus I, localizado na cidade de João Pessoa no Estado da Paraíba.

Para o corpo docente, os professores do Curso de Licenciatura em Dança primeiramente seriam professores que integravam o DAC somados a novos professores que seriam contratados via concurso público. A UFPB realizou o concurso com onze vagas sendo elas: Voz e Sonoplastia (01 vaga), Técnicas visuais para o espetáculo - figurino, iluminação, maquiagem, cenografia (01 vaga), Técnicas e processos de criação em dança (02 vagas), Teoria e História da Dança (01 vaga), Técnicas somáticas

e saúde (01 vaga), Tradições e danças populares (02 vagas) e Dança educação (03 vagas). Os professores seriam de 3º grau e se inscreveram através do Edital nº 65, de 4 de setembro de 2012, e “tomaram posse, em sua maioria no final de fevereiro de 2013. Como a Graduação em Dança tem entrada anual apenas no segundo semestre, os novos docentes iniciaram suas atividades ofertando disciplinas para os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Teatro” e, também, “foram incentivados a criar cursos de extensão para complementar a carga horária mínima exigida para professores 40h D.E. (Dedicação Exclusiva)” (Ribeiro; Gabrielli, 2015, p. 1).

O Curso de Dança da UFPB tem ligação direta com o contexto da cidade de João Pessoa, e cidades vizinhas, pois antes a formação do profissional de dança era feita [...] de modo não formal, por meio de cursos livres em academias de dança e projetos sociais. Quem desejasse realizar um curso superior em Dança precisava sair da Paraíba, recorrendo, por exemplo, aos cursos mais próximos no Recife-PE, em Natal-RN, em Fortaleza-CE, ou ainda, em Salvador-BA (Gabrielli; Ribeiro, 2015, p. 1).

Segundo Vicente, Schulze e Serpa (2012, p. 12), o curso orientou “as atividades docentes exercidas durante décadas na informalidade; que possa legitimar a dança que é produzida no Estado e oferecer suporte pedagógico a esta prática difundida e aplicada em larga escala em todas as regiões do Estado”. Pois, devido a falta de cursos técnicos profissionalizantes e universitários na região, só era possível a formação de profissionais através da educação não formal.

Paralelo a essa informalidade, o ensino da dança vem se proliferando cada vez mais nas escolas particulares e públicas da rede oficial de educação, em resposta às demandas da sociedade. No momento atual, ocorre uma crescente aproximação entre escolas particulares de ensino formal e academias de dança, instâncias responsáveis pela educação informal [não formal] de performers em dança. No entanto, não há a regulamentação da função de professor de dança nestas instituições, nem tampouco um curso para, no mínimo, prepará-lo adequadamente (Vicente; Schulze; Serpa, 2012, p. 12-13).

Para ingressar no curso de Licenciatura em Dança da UFPB no início existia uma prova teórica que era a realização do vestibular e de uma Prova de Conhecimento Específico (PCE), ou através do Processo Seletivo Seriado (PSS) que foi desenvolvido pela UFPB. Assim, no segundo semestre letivo de cada ano, ingressavam 30 discentes, (Vicente; Schulze; Serpa, 2012). Posteriormente, decidiu-se pela exclusão do PCE, utilizando apenas o Sistema de Seleção Unificada (SISU) (Almeida Neto et al., 2018).

Dos discentes que ingressaram no Curso de Licenciatura em Dança da UFPB, percebe-se muitas alunas mulheres, entretanto, quantas conseguiram concluir a graduação²? A Tabela 3 mostra quantas mulheres ingressaram em cada turma, quantas se formaram no tempo previsto pelo PPC e quais se formaram “desblocadas”, ou seja, que se formaram atrasadas em relação à turma do seu ano de ingresso.

Tabela 3. Mulheres da Licenciatura em Dança da UFPB

ANO DE INGRESSO	QUANTAS ENTRARAM	QUANTAS SE FORMARAM	BLOCADAS	DESBLOCADAS
2013	23	9	4	5
2014	17	17	12	5
2015	14	9	7	2
2016	13	10	1	9
2017	9	2	2	Ainda nenhuma
2018	12	Ainda nenhuma		

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada por: Iasmini Uilquer (2023).

Em 10 anos do Curso de Licenciatura em Dança da UFPB 47 mulheres se formaram. Das 47 apenas 26 se formaram no tempo previsto pelo PPC, que é de quatro anos. Das 12 mulheres que entraram no curso em 2018, apenas 10 ainda estão cursando e todas encontram-se desblocadas, visto que o campo “quantas se formaram” não apresenta nenhuma conclusão. Entretanto, é preciso considerar que essas mulheres passaram pela pandemia da Covid-19, causada pelo coronavírus *Sars-Cov-2*, que se iniciou no Brasil em 2020. Desse modo, as mulheres que adentraram ao Curso de Dança nos anos subsequentes viveram o período de isolamento social, levando-as a ficarem desblocadas, afetando sua formação, uma vez que a UFPB passou a ter um ensino remoto e, desse modo, nem todos os componentes curriculares foram oferecidos como de costume, passando por adaptações.

Quantas dessas 47 mulheres eram mães ao entrarem na universidade? Durante essa pesquisa, duas mães-universitárias que se formaram relataram sobre a luta para se manterem na Universidade e concluírem o Curso junto a luta cotidiana da maternagem.

² Ao longo da pesquisa não conseguimos descobrir quantas delas conseguiram se formar sendo mães-universitárias.

Sobre isso, Maria Homem (2019) explica que, na grande maioria dos casos, o cuidado com a criança acaba sendo terceirizado com babás e empregadas domésticas, que também acabam terceirizando o cuidado dos seus filhos para poderem cuidar dos filhos de outras pessoas e, assim, garantir o sustento da família. Importante ressaltar que é decorrente dessa relação de troca de cuidados que muitas mulheres conseguem estudar, inclusive, estar na universidade.

Outro tipo de terceirização dos cuidados com os filhos que acontece é em relação às telas como, celular, televisão, tablet, que podem ter efeitos negativos na educação das crianças, entretanto, em muitas situações é a única rede de apoio disponível às mães. Uma vez que a exposição excessiva de crianças às telas pode ser prejudicial à saúde, por vezes às mães são julgadas por recorrerem a esse recurso dias após dias. Contudo, ao pensar na realidade de uma “mãe solo” é somente com a ajuda das telas que ela poderá ter algum momento para trabalhar e/ou estudar.

Nesse contexto, devido à ausência de rede de apoio, muitas mães precisam levar seus filhos para as salas de aula das Universidades. Devido à falta de estrutura das instituições para receber essas mães e acolher essas crianças, as telas são usadas como entretenimento. No curso de Licenciatura em Dança da UFPB depara-se com diversas crianças em sala de aula que estão presas ao celular da mãe para que essa possa participar da aula, seja ela prática ou teórica. Mas, no mesmo Curso, até então não se presenciou nenhum homem assistindo aula com seus filhos. Por que será?

As mães precisam estar presentes, e a maioria precisa levar seus filhos para o ambiente acadêmico, então a única forma de entreter seus filhos sem fazer barulho e atrapalhar as aulas é por meio das tão julgadas telas. Visto essa dificuldade, porque não se pensa em um espaço destinado às mães e seus filhos, buscando contribuir para sua formação? Onde as crianças poderiam ser alimentadas, trocadas, dormir, ou seja, um local que os filhos pudessem ser confiados, com pessoas qualificadas, enquanto as mães estudam? Obviamente, em uma sociedade estruturalmente machista, não é de interesse que mulheres, especialmente, as que são mães ocupem um espaço idealizado para a formação do homem, então, se a mulher deseja estar na Universidade é ela que deve se organizar para se inserir e permanecer nesse lugar. Sendo que o caminho deveria ser a Universidade adequar-se às mães-universitárias por meio de seu regimento e resoluções, oferecendo condições para que possa dar continuidade aos seus estudos e se graduar.

3. Rede de apoio materno: Maternidade e formação profissional, é possível?

Neste capítulo é discutida a importância de uma rede de apoio para aquelas pessoas que têm a obrigação do cuidado direto com a criança, aquela que se doa para gestar, parir, cuidar e educar: a mãe. Busca-se refletir sobre o que é uma rede de apoio e como esta pode contribuir para que não haja uma sobrecarga dos cuidados com o filho e a casa nas mulheres e como pode vir a incidir na vida das mães-universitárias da Licenciatura em Dança da UFPB.

Tendo como intuito a visibilidade da necessidade da transformação da realidade deste cenário patriarcal em que a UFPB se estrutura e que, por consequência, obriga as mães-universitárias a se questionarem se a conciliação entre maternidade e a formação profissional é realmente possível, tendo assim um trabalho que sirva como instrumento político para reivindicar os direitos para conseguir se formar, buscando estruturas adequadas para isso.

3.1 A rede que apoia para evitar a evasão

A família tem uma dinâmica interna de funcionamento, e não apenas os indivíduos dessa família que interferem nas interações e no desenvolvimento dos mesmos, mas vários outros sistemas, como a escola, o local de trabalho, os vizinhos, a comunidade e a rede de apoio (Bronfenbrenner, 1986; 1996).

Para discutir sobre rede de apoio, deve-se entender primeiramente o que ela significa. A rede de apoio é formada por várias pessoas que oferecem suporte a um indivíduo e/ou uma família, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida daqueles que a recebem (Brito-Dias, 1994; Ferreira, 1991; Lewis, 1987). Esse suporte que é recebido tem papel fundamental para a saúde mental, que ajuda a enfrentar momentos de estresse, como a mudança repentina da vida como é a mudança de se tornar pais (Basic Behavioral Science Task Force of the National Advisory Mental Health Council, 1996; Uchino, Cacioppo; Kiecolt-Glaser, 1996).

A chegada de um filho promove muitas transformações na rotina de uma família, assim, é necessário traçar estratégias para lidar com os novos desafios, seja em administrar as necessidades da criança, como também na adaptação da família em geral, e os genitores têm como principal obrigação buscar um equilíbrio disso tudo. Dessen (1997) afirma que:

A adaptação às exigências da nova situação depende, sobretudo, da complementaridade de papéis entre os genitores, não só em nível das interações como também das relações familiares mais amplas, incluindo a divisão de tarefas domésticas. A participação do pai como membro capaz de exercer o seu papel adequadamente, suprindo as deficiências naturais ocorridas no relacionamento da mãe com o primogênito, é fundamental para que o processo de adaptação seja bem sucedido (Dessen, 1997, p. 59).

Ao nascer um filho, nasce uma nova realidade, uma mãe, um pai, uma nova rotina de sono, de cuidados, de alimentação, e de sobrecarga. Normalmente, as mães se colocam na obrigação de alimentar, cuidar, educar e amar aquela criança, enquanto, boa parte dos pais acreditam que o seu papel é apenas ajudar, esquecendo que os cuidados com o filho também é sua responsabilidade. Da mesma forma que a mãe tem obrigações com o lar, e a criança que acaba de nascer, as tarefas obrigatórias do pai é a mesma, ou até mesmo maior, tendo em vista que as mulheres estão vivenciando o puerpério, algumas estão cirurgiadas e outras com depressão pós-parto, por exemplo, necessitando de cuidados. Entretanto, mesmo diante das circunstâncias citadas, há tanta pressão social que as mulheres deixam de cuidar das suas necessidades para se voltarem totalmente para o bebê e ainda aos afazeres domésticos. Importante frisar que, além de mães, essas mulheres também são trabalhadoras, donas de casa, estudantes, implicando em uma vida mais sobrecarregada em que algumas acabam por ter uma tripla jornada de trabalho.

Após conquistarem seu espaço dentro das Instituições de Ensino Superior (IES), as mulheres, ao se tornarem mães, além da sobrecarga de toda mudança em sua rotina pessoal e profissional, ainda precisam conciliar sua vida com ser discente, e tentar conservar sua saúde física, emocional e mental, para que o ato de estudar não seja um fardo, mas algo prazeroso para seu desenvolvimento profissional, como também pessoal e familiar (Reusch; Schwinn, 2015)

Muitas mulheres se sentem encurraladas ao tentar assumir tantos papéis em sua nova realidade assim, acreditam que a graduação pode ser adiada, pois naquele momento precisam se dedicar ao filho e à família. Mas, as que tentam conciliar os papéis de mães-universitárias sentem dificuldade e acabam sendo julgadas por escolherem a sua formação ao invés de priorizarem os filhos. Salienta-se que, raramente, um pai será questionado ou julgado por escolher concluir seus estudos ao invés de cuidar dos filhos, pois no senso comum, prevalece a ideia de que desta forma ele terá melhores condições para sustentar financeiramente sua família, ou seja, ao optar

por estudar ele está cuidando, onde nos faz questionar se o pai seria na verdade uma rede de apoio.

Bárbara Góes (20--) levanta o questionamento se o(a) “Parceiro(a) é rede de apoio?”. Góes explica que ainda é um acontecimento raro a participação ativa dos parceiros, e aqueles que participam ativamente acabam sendo vangloriados por muitas pessoas, porém essa parentalidade apenas está sendo exercida de forma correta, está sendo compartilhada como deve ser. Muitas pessoas percebem a atuação do pai como uma ajuda e não como uma responsabilidade. Conforme Góes, para entender essa questão é necessário compreender o conceito de parentalidade, que independente dos gêneros engloba a função materna e a paterna.

Coley (2001) traz à tona que a partir do século XIX, os pais que estavam próximos da criação dos seus filhos devido ao trabalho próximo à sua residência, começaram a trabalhar em indústrias com carga horária de trabalho elevadas, devido a industrialização e a urbanização, diminuindo drasticamente o convívio com sua família, o que gerou uma responsabilidade ainda maior sob os cuidados dos filhos para a figura materna.

Assim como afirma Falceto (2002), a participação paterna e o envolvimento com o bebê vem do que o pai acredita ser importante, e isso deriva da sua própria experiência como filho. Consequentemente, os pais que têm uma vivência positiva com seus próprios pais tendem a ter uma experiência satisfatória com seus filhos, reconhecendo a importância dessa relação. Porém, a participação materna é quase que obrigatória em comparação a do pai que é como uma escolha, e ainda depende de definições socioculturais quanto aos papéis de homem e mulher.

Ao trabalhar longe do ambiente familiar, o pai se distancia dos cuidados diários do filho, e, muitas vezes, apenas se envolve no brincar com a criança. Em comparação, percebe-se um companheiro que oferece apoio sensível ao estado emocional da esposa que fica com a sobrecarga no âmbito domiciliar, podendo ter uma participação ativa em um momento de sobrecarga materna.

Deve-se entender que os pais, assim como as mães, compõem uma rede primária de cuidados e responsabilidades com o filho, então ele não pertence ao grupo que se categoriza como rede de apoio. A responsabilidade parental deixa entendido que essa função de cuidados com a criança é destinada a ambos os pais.

Góes (20--) destaca o quanto é visível ao longo do tempo o papel do parceiro que vem se transformando, e a realidade do homem ser provedor e a mãe ser

sobrecarregada nos cuidados parentais não é mais cabível, mas a realidade de cada família e a visão das mesmas deve ser levada em consideração, percebendo o que funciona para cada uma. Assim, é necessário entender e incorporar que o cuidado com o filho deve ser do homem e da mulher para que a sobrecarga materna possa diminuir ou até mesmo ter um fim.

Desse modo, de acordo com Figueiredo e Salles (2017), infelizmente, a maternidade vem sendo a razão de grande parte da evasão das universidades.

3.2 A rede que apoia a amamentação

Segundo Rosa (2018), as dificuldades na dupla e até mesmo tripla jornada da mulher, como também a falta de rede de apoio para que a mãe possa retornar às aulas, o tempo longe do bebê, possíveis intercorrências com a criança, um grande esforço das mães para manter a amamentação, a estrutura e a flexibilidade da instituição, e muitos outros obstáculos que interferem de maneira significativa nesse desafio da vida acadêmica é o que desencadeia a desistência dos estudos.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que a criança deve receber o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade (lembrando que em caso de prematuridade os meses devem ser contados de forma corrigida de acordo com a idade gestacional do nascimento do bebê). Incentiva-se que, mesmo após este período, a amamentação deve ser continuada e complementada com uma alimentação saudável (OMS/OPAS, 2018). O aleitamento materno, segundo a OMS, não é benéfico apenas para a criança que o recebe, como também para a mãe que tem um risco reduzido de câncer de mama e no ovário. Porém, para que a mãe tenha sucesso nessa jornada de amamentação, a responsabilidade não é só sua, para que seja promovido o aleitamento materno, todos têm o dever de apoiar essa mãe lactante e esse bebê, tais como os empregadores, vizinhos, familiares, governos, e profissionais de saúde (OMS/OPAS, 2017).

E como forma de apoio para essas mães lactantes, a Portaria nº 604, de 10 de maio de 2017, do Ministério da Educação, assegura às mães o direito à amamentação nas Instituições de Ensino Federais, independente se elas têm ou não locais ou equipamentos destinados para a amamentação (Brasil, 2017). Sendo assim a mãe que amamenta não pode ser impedida de amamentar em sala de aula ou em locais da instituição, não pode ser criticada, ou hostilizada por tal ato, mas sim deve ser apoiada.

3.3 A Instituição que recebe e apoia as mães-universitárias com uma estrutura adequada

É preciso apoio para que as mães-universitárias possam se sentir seguras, correspondendo desde a um suporte obrigatório social como também de pessoas próximas, amigos e/ou familiares, que compreendam a necessidade da mãe-universitária concluir seus estudos. Quando esse apoio acontece, ele acarreta um melhor crescimento para as mães, onde as mães podem compartilhar seus pensamentos, sentimentos e experiências, trazendo uma melhora significativa para suas vidas (Malhotra et al., 2002).

Thaís Saalfeld (2019) fala sobre os dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, que faz divulgações sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais do Brasil. Os dados produzidos por Saalfeld foram apresentados por Maria Lúcia Cavalli Neder em 2016 que, na ocasião, era a presidenta da ANDIFES. Desse modo,

esta pesquisa tem por fim qualificar as heterogeneidades existentes entre os discentes para formular políticas de equidade e outras ações no âmbito das nossas universidades, que garantam a permanência e viabilizem o sucesso dos estudantes no ensino superior, pois para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica é necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, transporte, entre outras condições (Neder, 2016, p. XI).

Considerando a citação de Neder (2016), percebe-se que a UFPB oferece alguns auxílios, tais quais: moradia, alimentação, saúde, esporte, transporte, que atendem precariamente tanto em termos de serviço oferecidos como em quantidade de beneficiários. Também existe o Auxílio Creche, em que a mãe-universitária contemplada recebe o valor de R\$250,00 por criança de até 6 anos de idade, porém um número bem pequeno de mães recebem este auxílio.

Na Resolução da CONSEPE N° 29/2020 ao pesquisar o termo maternidade não obtemos nenhum resultado, ao pesquisar gestante obtemos 2 resultados, que se referem ao regime domiciliar que a mãe gestante possui direito a partir do oitavo mês de gestação, por 90 dias, comprovado por um atestado médico, porém e as mães que não chegam ao oitavo mês de gestação? Posso uma filha nascida no sexto mês de gestação,

então caso eu já estivesse em aulas eu não teria direito a licença alguma? Teria que vir recém-parida para as aulas práticas?

Mas realmente isso não faz diferença, pois meus 90 dias acabaram e eu voltei com um bebê de dois meses para sala de aula, sem nenhum apoio para deixar minha bebê enquanto fazia aulas práticas.

Como forma de apoio para as mães-universitárias o Centro de Educação (CE) da UFPB possui uma brinquedoteca que, de acordo com a Resolução nº 01/2019 do Colegiado de Curso do Centro de Educação (COCCE), estabelece o Regimento Interno da Brinquedoteca do Centro de Educação:

A Brinquedoteca do Centro de Educação da UFPB é um laboratório dos cursos de Pedagogia do Centro de Educação, vinculado à Direção do Centro, e consiste na possibilidade de um trabalho interdisciplinar que considera o jogo, o brinquedo e a brincadeira como elementos possibilitadores de apropriação e ressignificação dos contextos vividos pelas crianças, proporcionando momentos lúdicos de construção de novos conhecimentos aos graduandos e às crianças atendidas.

O objetivo da Brinquedoteca é proporcionar aos discentes do curso de Pedagogia, formação teórica e prática a respeito da importância do brincar, desenvolvendo as percepções do brincar, com jogos, brinquedos, e brincadeiras, através de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Assim como foi colocado no Regimento da Brinquedoteca do CE:

A organização da Brinquedoteca deve privilegiar espaços semiestruturados e espaços de atividades que contribuam para a exploração de jogos, brinquedos e diversos materiais disponíveis.

Parágrafo Único. A organização do espaço da Brinquedoteca deve permitir que crianças e adultos possam ver-se mutuamente, bem como locomover-se com facilidade.

Art. 27 A adequação do espaço e do mobiliário da Brinquedoteca deve privilegiar o atendimento a parâmetros funcionais e estéticos, considerando diversidade de cores, texturas e formas, de modo a despertar os sentidos, a curiosidade e a capacidade de descoberta das crianças.

Art. 28 O mobiliário deve estar adaptado às necessidades da criança, favorecendo o processo de desenvolvimento, autonomia, independência e sua interação com o meio físico (estantes acessíveis com materiais educativos disponíveis, cadeiras e mesas leves).

Nesse sentido, a Brinquedoteca contribui para que as mães-universitárias possam ficar tranquilas enquanto estão em aula e/ou desenvolvendo suas atividades acadêmicas, favorecendo que seja menos sobrecarregada e possa dar seguimento a sua formação profissional. Portanto, a Brinquedoteca pode ser entendida como uma rede de

apoio oferecida pela UFPB às mães-universitárias, corroborando para o desenvolvimento tanto das mães como das crianças dentro da Universidade, bem como com a formação profissional dos estudantes que atuam no espaço.

4. A trajetória da mãe-universitária no Curso de Licenciatura em Dança da UFPB

Ao longo desses quatro anos de Curso pude observar diversas mães se desdobrando para conciliar maternidade e universidade e por isso quis ouvi-las, quis usar o meu Trabalho de Conclusão de Curso para que elas pudessem falar sobre suas vivências e para que pudéssemos entender o porquê do desafio da permanência das mães na Licenciatura em Dança.

Para tal pesquisa, como mencionado anteriormente, foi enviado para as licenciandas e licenciadas da Licenciatura em Dança que são mães, buscando conhecer suas histórias e identificar traços comuns em relação aos desafios de maternar e adquirir uma formação em nível superior. Das 18 mães-universitárias contatadas, nem todas puderam responder, entretanto, muitas das que responderam ficaram emocionadas ao receberem o questionário, ele se tornou gatilho para a falta de espaço para falar, a dificuldade para ser ouvida, uma vez que a maternidade, às vezes, pode ser solitária. Então, nesse sentido, o formulário foi uma forma de fazê-las se sentirem acolhidas, permitindo que falassem sobre suas experiências acadêmicas e maternas, abordando o desafio de permanecer como mãe na Licenciatura em Dança.

Ao tentar contato com 18 mães-universitárias, duas não foram possíveis contatar, não houve a resposta de três delas, seis afirmaram que iriam responder mas, infelizmente, não responderam e sete participaram da pesquisa. Isso demonstra a realidade e a sobrecarga referente à maternidade, quantas dessas mulheres teriam realmente disponibilidade para responder ao questionário? Muitas justificaram que estavam bastante ocupadas, ensaiando, trabalhando, ou que o bebê estava acordado no momento, trazendo um dado importante para a pesquisa: a correria em que vive a mãe! A rotina caótica, a luta para conseguir completar todas as tarefas domésticas, maternas, acadêmicas, profissionais e até mesmo matrimoniais. É quando as 24 horas de um dia parece pouco.

Os filhos dessas mães-universitárias, na época da resposta ao formulário, tinham entre 01 a 12 anos de idade e, até então, apenas duas haviam concluído a graduação. Quando questionadas por que não conseguiram concluir o Curso e se isso tem alguma relação com a maternidade, as cinco mães-universitárias que ainda não finalizaram responderam afirmativamente, quer dizer, o motivo por terem desistido ou ainda estarem cursando deve-se ao fato de algumas precisarem trabalhar para sustentar sua família. Nesse sentido, Adélia (2023) relata que: “já precisei trancar um semestre

porque não consegui conciliar trabalho, maternidade e estudos. Estou desnívelada já no primeiro ano de curso”, uma vez que ela é a principal fonte de renda em sua casa.

Outras desistiram do Curso devido à maternidade integral durante o isolamento social relacionado à pandemia da Covid-19, pois não puderam cursar os componentes curriculares oferecidos, mesmo de forma remota. A maioria das mães-universitárias acredita que não conseguem conciliar o Curso com a maternidade devido aos horários em que os componentes curriculares são oferecidos, especialmente os do Centro de Educação, que são no turno da noite. Sobre isso, Pat (2023) relata que “ainda estou cursando, porém devidos a horários de algumas disciplinas não consegui conciliar com a vida materna. Tenho sempre que procurar meios para conciliar”.

Esta é uma realidade que se conecta à minha. O fato de ser mãe de três crianças fez com que me atrasasse em vários componentes curriculares durante a pandemia por ter que cuidar delas ao mesmo tempo em que assistia às aulas de forma online, inclusive as práticas. E foi em umas dessas que perdi o meu bebê, lembro que esperei a aula acabar para ir ao banheiro e ver o que realmente estava acontecendo comigo.

Os componentes curriculares oferecidos pelo Centro de Educação ao Curso de Dança costumam ser ofertados à noite que, a meu ver, é um turno muito difícil para mães que têm crianças pequenas. Atualmente, faltam apenas quatro disciplinas para me formar, todas são da Educação e, infelizmente, todas serão ofertadas à noite, sendo mais uma luta que terei que enfrentar como mãe-universitária.

Algumas mães se depararam com a jornada de residir em outra cidade. R.O.S., por exemplo, por morar em outra cidade enfrentava longas horas de viagem. Ela ingressou no curso sem filhos, mas no decorrer dele passou por duas gestações, uma em 2019 e outra em 2022. Mesmo sete anos após ingressar no curso R.O.S., infelizmente, ainda não conseguiu concluir sua graduação, ela relata que: “foram duas gestações, uma separação, um novo casamento e duas licenças maternidade. Sim, e ainda teve uma pandemia no meio. Me considero uma vencedora chegando até aqui, mesmo sem ainda ter concluído” (R.O.S., 2023).

R.O.S. relaciona sua força para continuar vencendo esses desafios de ser mãe na graduação à sua rede de apoio, que consiste em sua mãe e uma secretária. Ela afirma que seu esposo também cumpre com suas responsabilidades, assim apoiando para que ela não fique sobrecarregada. Assim como R.O.S. relaciono a minha conquista da graduação a minha rede de apoio, principalmente à minha mãe e meu padrasto que cumprem com 100% de tudo que minhas filhas necessitam no dia a dia durante a minha

ausência para estudar e/ou trabalhar como, por exemplo, levá-las na escola, alimentá-las, dar banho, vestir, cuidar, botar para dormir. Tudo que seria obrigação da rede de cuidado primária (pai e mãe), eles fazem por apoio e amor a elas e a mim, com o desejo de que eu consiga me formar. Assim como meu esposo cumpre com suas obrigações paternas quando está presente, tendo em vista que ele também é graduando.

R.O.S conta que a Coordenação e Curso sempre se preocupou com ela e com a conclusão do Curso, e que alguns professores sempre entendiam o fato dela estar gestante ou no puerpério:

Bem, me lembro bem de uma disciplina com o professor Sérgio e estava fazendo a aula já com quase 9 meses e como ele era compreensivo com a situação. Inclusive, depois que perdi alguns prazos de entrega de trabalho, ele foi super acolhedor e consegui concluir a disciplina. Nunca vou esquecer disso!

Entretanto, “[...] em outra disciplina, que precisei levar minha bebê mais nova para o tablado, pois estava com minha mãe doente, não fui bem recepcionada por alguns professores” (R.O.S.,2023). Ela relata que já pensou em desistir várias vezes, não só pelo fato de ser mãe, mas também pelo fato de morar em outra cidade.

Foi altamente difícil, pois a amamentação por aqui sempre foi demanda livre, então precisava sempre manter uma rotina: sair de Campina Grande 6h da manhã já tendo amamentado a bebê e deixando leite congelado na geladeira. Chegava na UFPB e já ia para o banheiro extrair leite na bombinha, deixava congelando no congelador da lanchonete, quando saía 11:30, pegava o leite congelado e colocava no isopor e ainda tirava mais antes de entrar no carro. Comprava gelo quando ia abastecer o carro na estrada, colocava no isopor e voltava pra Campina Grande. Esse leite tirado em um dia já ia ser o utilizado no outro dia e assim eram todas as minhas manhãs... (R.O.S, 2023).

Como afirma Falceto (2002), só a mãe tem o equipamento biológico para amamentar, mesmo todas as outras funções podendo ser exercidas por outros cuidadores, como é o meu caso que ainda preciso levar comigo minha filha para todas aulas devido a principal fonte alimentícia dela ainda ser o aleitamento materno, e por isso R.O.S. se desdobrava para manter o aleitamento materno exclusivo mesmo morando em outra cidade.

A realidade de morar em outra cidade pode dificultar a permanência no Curso para algumas pessoas, como é o caso de M.M., que tinha uma filha com quatro anos de idade e, mesmo após oito anos do seu ingresso na graduação, ela ainda não conseguiu concluir. Quando questionada sobre o motivo, ela afirma: “Porquê não tive mais como

conciliar a faculdade com minha vida, pois a pandemia estendeu muito o término e precisei arrumar um emprego em outra cidade pra poder me sustentar” (M.M., 2023). Por não possuir carro próprio, M.M. precisava ir de carona para a aula, então, morando em outra cidade ficou impossível concluir a graduação, e está para ser jubilada faltando apenas um componente curricular.

Estou para ser jubilada, pois só falta uma única cadeira pra completar o curso, mas não existe nenhum tipo de recurso ou flexibilidade, procurei diversas vezes a coordenação coordenada por gestores diferentes e nunca me revelaram nenhuma brecha ou tipo de solução (M.M., 2023).

Ao relatar sobre a rede de apoio materno para permanecer e concluir a graduação sendo uma mãe-universitária, algumas afirmaram que o pai da criança seria sua rede de apoio. Somente uma, afirmou que pai não é rede de apoio, que é rede obrigatória de cuidados, assim como a mãe da criança.

Sobre o apoio oferecido pela UFPB às estudantes enquanto mães-universitárias ou gestantes, os relatos são os seguintes:

Não, em nenhum momento a coordenação se demonstrou preocupada ou entendia a relevância de que eu estava maternando e tentando ferozmente estudar, inclusive me prejudique (sic) muito ao longo do curso, por as vezes ter que sair mais cedo pra deixar andando minha filha na escola (M.M., 2023).

Pat (2023) tem sua família como rede de apoio, mas ao refletir sobre o papel da UFPB, compreende que não teve nenhum apoio, assim como todas as outras mães-universitárias. Quanto aos docentes do Curso, ela afirma que sempre houve uma compreensão, uma vez que “nos momentos que precisei houve entendimento e compreensão. Porém, coloco também que me deparei com alguns momentos que para o entendimento, não foi tão „aceitável””.

Até que ponto os docentes estão preparados para compreender o que uma mãe-universitária passa em sua maternância enquanto está na universidade? Até que ponto estão preparados para dialogar e oferecer suporte para compreender? E quando esses docentes terão suporte necessário da instituição para poder auxiliar e tentar compreender esta mãe-universitária.

Não, sempre procurei contar com a família, porque sempre senti que o ambiente fora dele é muito difícil de compreender a mulher mãe. Em específico a UFPB, não possui estrutura e acredito que nem preparo para esse momento. Não me lembro, em nenhum momento se chegou esse diálogo de rede de apoio à estudante mãe (PAT, 2023).

Mas podemos observar um comentário positivo em meio a tantos negativos, que mesmo em meio a tantas questões burocráticas, resoluções e regulamentos da UFPB que não auxiliam as mães-universitárias, podemos perceber que existem algumas coordenações e chefias que tentam ajudar esta estudante, como relata K.M.A:

Sim. A coordenação do curso na época sempre manteve contato e facilitou a comunicação com os professores. No período que precisei de licença a orientadora Michelle esteve sempre presente tirando todas as dúvidas e auxiliando na construção do trabalho de conclusão de curso e documentos necessários para finalizar o curso (K.M.A, 2023).

Ao serem questionadas sobre a acolhida pelos professores do Curso durante a gestação ou maternidade, a maioria relata que foram acolhidas e tiveram suas necessidades compreendidas. Entretanto, esta não foi a experiência de todas as mães-universitárias.

Sim, por alguns professores... Por outros, nem tanto. Bem, me lembro bem de uma disciplina com o professor Sérgio e estava fazendo a aula já com quase 9 meses e como ele era compreensivo com a situação. Inclusive, depois que perdi alguns prazos de entrega de trabalho, ele foi super acolhedor e consegui concluir a disciplina. Nunca vou esquecer disso! Já em outra disciplina, que precisei levar minha bebê mais nova para o tablado, pois estava com minha mãe doente, não fui bem recepcionada por alguns professores (R.O.S, 2023).

Devido às nossas disciplinas serem quase todas em sua maioria práticas ou teórico-práticas, uma das maiores dificuldades encontradas pelas mães-universitárias que estão gestantes são a execução dos exercícios. Uma delas relata como foi acolhida na reta final de sua gestação em que estava em aulas “No último trimestre de gestação os professores das aulas práticas adaptaram os exercícios de acordo com a minha necessidade corporal preservando o bem-estar da mamãe e do bebê” (K.M.A, 2023).

Para essas mães-universitárias o acolhimento maior sempre foi dos colegas de turma, porém como nos casos dos professores algumas também sentiam que como mães não conseguiam se encaixar com os outros alunos, como relata uma das entrevistadas referente a uma performance de uma das provas práticas que realizou.

De muitas pessoas sim. Porém algumas pessoas pareceram se incomodar. Lembro de fazer uma performance sem blusa e uma menina reclamou com outras pessoas da turma. (Risos) Mas, o problema era a semi nudez, carece dela (risos) (PINA, 2023).

Em contrapartida, uma mãe-universitária trouxe em seu relato o cansaço das noites mal dormidas que influenciam nas manhãs de aula da Licenciatura em Dança.

Em uma disciplina prática, chegava sempre com sono pela noite mal dormida. Ainda amamentando e muito ligada ao meu bebê, todas as dinâmicas propostas em sala me remetiam à minha maternidade. E assim eu o fazia, compartilhando essa vivência que estava no meu corpo, às vezes romântica, às vezes triste ou estressada. Comecei a perceber que quando era minha vez de falar sobre o que foi feito, parte dos colegas já reviravam o olho quando eu falava no meu "eu mãe", entendi que não havia interesse. Segui fazendo conforme o que eu vivenciava, até que um dia a professora também sugeriu que eu buscasse "sair um pouco dessa mãe". Tranquei a disciplina e fiquei com a impressão de que esse curso não é um lugar para compartilhar sentires tão caros assim, mesmo que a intenção da docente tenha sido boa. Depois disso, já em outra fase materna, hoje guardo pra mim as conclusões sobre as atividades em sala que toquem em algo a minha maternidade e não compartilho, ou compartilho um mínimo seguro para mim (Adélia, 2023).

Um local onde todos podem ser escutados, todos trazem à tona suas vivências, seus sentimentos, uma mãe-universitária não se sente à vontade para compartilhar seus sentimentos. Todos podem ser o que quiserem, podem mostrar o seu eu, mas porque ela deveria deixar de ser a mãe? Por que esse rótulo incomodava tanto em sala de aula? A mãe não pertence a esse lugar? Esse é um dos desafios da graduação em Dança para as mães-universitárias. Na maioria das aulas do Curso há estímulos para verbalizar o que se sente e pensa a partir do que se está estudando, mas Adélia não se sentiu acolhida em sua vivência, optando por guardar para si ou compartilhar apenas o que seria seguro, culminando no trancamento do referido componente curricular. Mas

Se o ambiente não é seguro para expor pensamentos e sentimentos, o quanto é para a saúde emocional? Para a saúde dos filhos? Uma das mães-universitárias que contribuiu para o formulário explicou que pela falta de estrutura do Departamento ela precisava extrair o leite materno no banheiro. Se o leite materno fosse descartado após a extração estaria tudo bem, porém se esse leite era para ser ofertado para a criança poderia estar contaminado, afetando a saúde do seu filho.

Eu extraía leite no banheiro (que não é indicado) pq não existia outro lugar. Num mundo fictício e ideal (kkkkk) era para ter trocador no banheiro, uma sala de apoio com frigobar, medicação de urgência, etc etc Mas realmente sabemos que isso é um sonho bem inalcançável... (R.O.S., 2023).

A maioria das mães-universitárias participantes desta pesquisa explica que seus colegas de turma sempre a ajudaram e se solidarizaram, que receberam apoio. Sobre

isso, M.M. informa que “dos meus colegas o tempo todo, sem eles eu não teria feito nem metade do curso”.

Ao ingressar no Curso criamos vínculos de amizade com algumas pessoas da mesma turma, e quando entram duas mães? Em um seminário pudemos nos apresentar com nossas filhas ajudando na explicação do *baby class* (ballet para crianças de 0 a 4 anos), na Anatomia do corpo, e vimos a luta de manter mais de uma criança em sala de aula, onde elas ficaram brincando com pedrinhas durante a aula.

Ao longo da graduação participamos de vários diálogos sobre gênero, sobre políticas públicas, sobre vários temas que englobam nosso mundo, mas em quatro anos de Curso raramente podemos dialogar sobre maternidade, pois, muitas vezes, é um assunto que não se mostra relevante para a Licenciatura em Dança da UFPB, mesmo tendo muitas mães no Curso, inclusive professoras.

Já adentrei à universidade com minha filha tendo 8 anos. Mas, vejo como mãe as dificuldades existentes para uma gestante, para uma mãe com bebê. O ambiente não comporta a dinâmica da vida de uma estudante mãe. Deixa muito a desejar em sua estrutura e acolhida (PAT, 2023).

Como afirma Saalfeld (2019), as mães possuem a necessidade de uma rede de apoio da instituição para que seja viável sua permanência no espaço universitário, para que essas mães pudessem ter um local adequado e confiável para deixar seus filhos enquanto arduamente tentam concluir o Curso, seria preciso repensar algumas estruturas do Departamento e do Centro. Como por exemplo, uma sala com pessoas dispostas a cuidar e a ensinar, em que houvesse estrutura para cuidar das crianças enquanto suas mães lutam para se formar. Considerando o relato de tantas mães que, em algum momento, foram constrangidas, excluídas ou forçadas a desistirem do Curso, trago como uma mínima proposta a criação de um espaço que atenda as necessidades dos filhos dessas mães-universitárias que estão travando uma luta para se formarem, mas também para contribuir com a formação das mães que ainda virão.

4.1 Artoteca no CCTA - Política de permanência para as mães-universitárias

Atualmente no Departamento de Artes Cênicas, duas salas foram cedidas, uma para os docentes e outra para uso dos discentes com utilidades diversas, tendo em vista a disponibilidade dessas salas, proponho que, ao menos as dos discentes, possa ser utilizada como um apoio para as mães-universitárias e as crianças que frequentam o

DAC. Assim, a sala poderia ter, por exemplo, uma cadeira que possibilite a amamentação, um colchonete e/ou um tatame, uma geladeira (frigobar) para armazenamento de leite materno, quando necessário.

Além disso, sabendo que existe uma Brinquedoteca no CE e, tendo em vista que muitos estudantes de Dança já foram voluntários no referido espaço, proponho que seja criado um projeto no CCTA nos moldes da Brinquedoteca do CE, mas com um enfoque maior nas artes, já que é o Centro as abriga.

Inicialmente chamada de Artoteca poderia integrar projetos de extensão, monitoria e até mesmo os estágios supervisionados contribuindo diretamente para a formação dos futuros docentes dos cursos de Artes do CCTA, que poderiam ser voluntários ou bolsistas. Um projeto como este contribuiria para que as mães-universitárias pudessem se dedicar aos seus estudos e concluir o tão sonhado Curso, uma vez que poderiam ter seus filhos próximos a elas e bem cuidados durante as aulas, com atividades que não só irão lhes acolher, mas auxiliar em seu desenvolvimento, bem como incentivar desde a primeira infância o gosto pelas linguagens artísticas.

Para isso precisamos da conscientização da Direção de Centro acerca da importância do projeto e em sua viabilização, oferecendo, por exemplo, uma sala climatizada com tatame, trocador de fralda e materiais pedagógicos, além de bolsas para que os estudantes possam se dedicar a esse espaço. Para que a Artoteca possa atender os filhos de estudantes, de servidores e professores do CCTA seria necessário o funcionamento durante os três turnos de funcionamento, respeitando o calendário acadêmico da UFPB Campus I.

Quando uma mãe está com seu filho em sala de aula, ou quando uma mãe deixa seu filho com qualquer pessoa, seu pensamento sempre estará voltado para eles, se questionando se ele estará bem cuidado, bem alimentado, se irá conseguir descansar, brincar. E uma mãe em sala de aula, tentando conciliar os cuidados maternos, os pensamentos maternos, e ter que entender o que o professor está explicando, como será seu aproveitamento e rendimento acadêmico?

Com a criação da Artoteca as mães poderão atuar como voluntárias, ajudando no cuidado dos filhos das outras mães, e todos os estudantes poderão atuar como monitores, podendo implementar projetos de extensão, e estágios de ensino não formal, assim além de auxiliar essas mães que precisam de apoio, trará um grande crescimento acadêmico e profissional para o DAC e para o CCTA, podendo servir de exemplo para UFPB.

5. MATERNIDADE E UNIVERSIDADE DEVE SER POSSÍVEL!

Diante da realidade e dos desafios para a permanência e conclusão do Curso de Licenciatura em Dança pela mãe-universitária, percebe-se que, normalmente, é uma luta travada na solidão da maternidade contra a falta de apoio materno e contra o patriarcado da institucionalidade da UFPB. Este trabalho demonstra que se não fosse a falta de infraestrutura e de apoio financeiro da UFPB tantas mães não teriam desistido, e tantas outras não enfrentariam a sua graduação tendo que optar pela maternidade ou universidade. E por isto escrevi sobre este tema, para que minha história e de tantas outras pudessem ser relatadas, contadas e analisadas a fim de que alguma providência seja tomada para modificar esse cenário.

Neste trabalho todos os objetivos foram concluídos, que são eles: Acessar às alunas que foram mães ou já eram mães de bebês e/ou crianças pequenas dentro do Curso de Licenciatura em Dança para compreender suas trajetórias como mães-universitárias. Embora não tenha sido possível contar com a participação de todas na pesquisa, houve o relato de sete mães-universitárias, mais o meu, o que favoreceu o entendimento do motivo da evasão de algumas delas, assim conseguindo atingir o segundo objetivo deste trabalho que era identificar quantas mães-universitárias da Licenciatura em Dança desistiram do Curso por não conseguirem conciliar maternidade e universidade. Para estas mães-universitárias a maior causa desta evasão se deve a falta de infraestrutura para recebê-las junto aos seus filhos, assim atingindo o terceiro objetivo que se referia a reflexão acerca de melhorias na infraestrutura no Bloco C do CCTA que abriga a Licenciatura em Dança, o que contribuiria para a permanência das mães-universitárias do/no Curso e, por último, percebendo que muitas dessas evasões poderiam ter sido evitadas, e muitas outras podem ser, se houver uma rede de apoio da Instituição, atingimos o último objetivo deste trabalho, trazendo a proposição da criação de uma Artoteca no CCTA que sirva de apoio às mães-universitárias durante a graduação.

Em vista disso espero poder voltar ao CCTA como uma mãe-graduada no Curso que sonhei e ver várias crianças sendo cuidadas e ensinadas na Artoteca, onde as próprias mães poderão ser voluntárias, estagiárias, monitoras, e assim ter um local que apoia as apoia, demonstrando que não é apenas abrir uma vaga para que a mulher (mãe ou que torne mãe) entre na graduação, mas oferecer oportunidades para que ela consiga permanecer e concluir seu Curso, exercendo sua maternidade com qualidade.

REFERÊNCIAS

- ALEITAMENTO materno nos primeiros anos de vida. **Organização Pan-americana da Saúde (OPAS)**, 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/1-8-2018-aleitamento-materno-nos-primeiros-anos-vida-salvaria-mais-820-mil-criancas#:~:text=todo%20o%20mundo-.Aleitamento%20materno%20nos%20primeiros%20anos%20de%20vida%20salvaria%20mais%20de,anos%20em%20todo%20o%20mundo&text=1%20de%20agosto%20de%202018,com%20at%C3%A9%20os%20dois%20anos>. Acesso em: 12 out. 2023.
- ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas**: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudoeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olímpio; Brasília: Edunb, 1993.
- AMAMENTAÇÃO não é responsabilidade exclusiva da mãe. **Organização Pan-americana da Saúde (OPAS)**, 2017. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/4-8-2017-amamentacao-nao-e-responsabilidade-exclusiva-da-mae-defende-opasoms#:~:text=4%20de%20agosto%20de%202017,%C3%A9%20responsabilidade%20exclusiva%20da%20m%C3%A3e>. Acesso em: 12 out. 2023.
- BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, p. 125-156, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/8mqpbrrwhLsFpxH8yMWW9KQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2023.
- BLAY, Eva Alterman; CONCEIÇÃO, Rosana R. da. A mulher como tema nas disciplinas da USP. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 76, p. 50–56, 1991. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1054>. Acesso em: 12 out. 2023.
- BOAVENTURA, Michelle Aparecida Gabrielli. **O trabalho docente em dança**: uma análise crítica desde a formação profissional à atuação na educação básica. 2021. Tese de doutorado (Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21629?locale=pt_BR. Acesso em: 12 out. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 6.202 de 17 de abril de 1975**. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6202.htm. Acesso em: 02 out. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 7.247 de 19 de Abril de 1879**. Reforma o ensino primário e secundário no município da Côrtes e o superior em todo o Império. Brasília. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 10 out. 2023.
- BRONFENBRENNER, Urie. Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. **Adolescents and their families**, [S.l.], 2013.
- BRONFENBRENNER, Urie. Ecological systems theory. **American Psychological Association**, 2000.
- COLEY, Rebekah Levine. (In) visible men: Emerging research on low-income, unmarried,

and minority fathers. **American Psychologist**, [S.l.], v.56, p.743-753, 2001.

DESSEN, Maria Auxiliadora. Desenvolvimento familiar: transição de um sistematriádico para poliádico. **Temas em Psicologia**, [S.l.], v. 5, n. 3, p. 51-61, 1997.

DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. A importância dos avós no contexto familiar. **Biblioteca Virtual de Saúde**, 1994. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-150150>. Acesso em: 12 out. 2023.

FALCETO, Olga Garcia. **A influência de fatores psicossociais na interrupção precoce do aleitamento materno**. 2002. Tese de doutorado (Clínica médica) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3143>. Acesso em: 12 out. 2023.

FECLESC, Nathalia Bezerra. Mulher e universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE OS SETE SABERES., 2010, Salvador, BA. **Anais [...]**. Salvador, BA: Ministério Público do Estado da Bahia, 2010. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-damulheres/artigosdesdissertacoes/teorias_explicativas_da_violencia_contra_mulheres/a_mulher_e_a_universidade.pdf. Acesso em: 16 abr. 2024.

FERREIRA, Eleonora Arnaud Pereira. **Irmãos que cuidam de irmãos na ausência dos pais: um estudo sobre desempenho de tarefas domésticas e interação entre irmãos**. 1991. Tese de Mestrado - Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

FIGUEIREDO, Natália Gomes da Silva; SALLES, Denise Medeiros Ribeiro. Educação profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.l.], v. 25, n. 95, p. 356-392, 2017.

FONAPRACE - IV pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras. Uberlândia, MG: ANDIFES, 2016. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/IV-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024.

FORCE, Task. Basic Behavioral Science Task Force of the National Advisory Mental Health Council. Basic behavioral science research for mental health. **American Psychologist**, [S.l.], v. 51, p. 22-28, 1996.

GÓES, Bárbara. Parceiro(a) não é rede de apoio! **Instituto Mater Online**, 2022. Disponível em: <https://materonline.com.br/parceiroa-nao-e-rede-de-apoio/>. Acesso em: 09 abr. 2024.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HOMEM, Maria; CALLIGARIS, Contardo. **Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo**. Campinas, SP: Papyrus 7 Mares, 2019.

LEWIS, Michael. Social development in infancy and early childhood. In: HANDBOOK of infant development. 2. ed. [S.l.]: Osofsky, 1987. p. 419-493

MARIA Augusta Generoso Estrella: A trajetória inspiradora da primeira mulher a se formar em medicina. **Agenda Bonifácio**, São Paulo, [202?]. Disponível em: <https://agendabonifacio.com.br/outros-herois/a-trajetoria-inspiradora-da-primeira-mulher-a-se-formar-em-medicina/>. Acesso em: 09 abr. 2024.

MOLINA, Alexandre José. **(Im)pertinências curriculares nas licenciaturas em dança no Brasil**. 2008. Dissertação de Mestrado (Dança) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/7858/1/Dissertacao_Completa_Alexandre_Jose_Molina.pdf. Acesso em: 16 abr. 2024.

MULHERES são maioria entre estudantes do ensino superior no Brasil, mas dado não se reflete na docência. **APUFSC Sindical**. Santa Catarina, 2023. Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2023/03/09/mulheres-sao-maioria-entre-estudantes-do-ensino-superior-no-brasil-mas-dado-nao-se-reflete-na-docencia/>. Acesso em: 12 out. 2023.

NETO, Arthur Marques de Almdeida. *et al.* **Projeto pedagógico de curso**. Curso de Licenciatura em Dança. João Pessoa: UFPB, 2018. Disponível em: https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=1813968. Acesso em: 16 abr. 2024.

OLIVEIRA, Ana Carla Menezes. A história da formação em Economia Doméstica nos séculos XVIII e XIX: conhecimento e profissão. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S./], n. 18, p. 103-111, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1533>. Acesso em: 16 abr. 2024.

REUSCH, Patrícia Thomas; SCHWINN, Simone Andrea. Novas tecnologias e trabalho: o trabalho feminino e o direito à desconexão. **Revista EDUNISC**, Santa Cruz do Sul, 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13172>. Acesso em: 05 out. 2023.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na colônia. *In*: 500 ANOS de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.79-94.

RIBEIRO, Juliana Costa; GABRIELLI, Michelle Aparecida. **Dança na Escola**: formação e informação para gestores e professores recém-empossados na rede municipal de ensino de João Pessoa-PB. João Pessoa, PB: UFPB, 2015.

ROSA, Jaqueline Maciel Toniolo et al. Vivências de mulheres que se tornam mães no contexto acadêmico. **Disciplinarum Scientia Saúde**, [S./], v. 19, n. 2, p. 161-167, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumS/article/view/2501>. Acesso em: 07 out. 2023.

SAALFELD, Thaís. **Maternidade e vida acadêmica**: limites e desafios das estudantes mães na Universidade Federal do Rio Grande-FURG. 2019. Dissertação de Mestrado (Educação em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/8568?show=full>. Acesso em: 16 abr. 2024.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549-1910). **História e Memória da educação Brasileira**. Rio de Janeiro: Tribunal Regional do Estado, 2002. Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3936242/a-mulher-escola-brasil-colonia.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024.

VICENTE, Ana Valéria Ramos; SCHULZE, Guilherme Barbosa; SERPA, Lúcia Gomes. **Projeto pedagógico de curso**. Curso de Licenciatura em Dança. João Pessoa, PB: UFPB, 2012.

APÊNDICES

TCLE

Termo de Consentimento Livre Esclarecido

A sra. está sendo convidada a participar como voluntária da pesquisa intitulada: “Maternidade e Universidade: reflexões sobre permanência e conclusão da Licenciatura em Dança da UFPB”, que está sendo desenvolvida por Iasmini Uilquer de Lima Brito, Graduanda do curso de Licenciatura em Dança, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob orientação da profa. Dra. Michelle Aparecida Gabrielli Boaventura.

O objetivo geral desta pesquisa visa analisar o desafio em permanecer e concluir a Licenciatura em Dança da UFPB, sendo uma mãe-estudante. Os demais objetivos são: i) acessar às alunas que foram mães ou já eram mães de bebês e/ou crianças pequenas dentro do curso de Licenciatura em Dança para compreender suas trajetórias como mães e universitárias; ii) identificar quantas estudantes-mães da Licenciatura em Dança desistiram do curso por não conseguirem conciliar maternidade e universidade e; iii) refletir sobre melhorias na infraestrutura no Bloco C do CCTA que abriga a Licenciatura em Dança que possam favorecer a permanência das mães-estudantes do/no Curso.

Justifica-se a presente pesquisa pelas possíveis contribuições para que outras mães da Licenciatura em Dança possam falar sobre suas necessidades como gestantes, mães e graduandas, podendo se sentir acolhidas e que percebam que não estão sozinhas, formando uma rede de apoio. Mais do que isso, que possa ser reivindicadas melhorias para permanência e conclusão no ambiente acadêmico com seus(uas) filhos(as). Para este estudo será aplicado um formulário através do Google Forms.

A participação da sra. na presente pesquisa é de fundamental importância, mas será voluntária, não lhe cabendo qualquer obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora se não concordar com isso, bem como, participando ou não, nenhum valor lhe será cobrado, como também não lhe

será devido qualquer valor. Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento dele desistir, nenhum prejuízo lhe será atribuído, sendo importante o esclarecimento de que os riscos da sua participação são considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder ao formulário, enquanto que, em contrapartida, os benefícios obtidos com este trabalho serão importantíssimos e traduzidos em esclarecimentos para a população estudada.

Em todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicação dos resultados.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Cordialmente,

Iasmini Uilquer - Graduanda em Dança da UFPB.

QUESTIONÁRIO

Iniciais do nome:

Pode fornecer um meio de contato? (E-mail, telefone, Whatsapp)

Você gostaria de adotar um nome ficcional para ser usado na pesquisa? Se afirmativo, qual nome?

Idade:

Estado Civil:

Cor/etnia (Amarela, Negra, Parda, Indígena, Branca)

Quem mora com você? (Marido/ companheiro, Filho(s)/ filha(s), Pai, Mãe, Outros parentes, Amigos(as))

Qual o principal meio de transporte que você utiliza para chegar à universidade? (A pé/carona/bicicleta, Transporte escolar, Transporte próprio (carro, moto), Uber)

Qual é a sua participação na vida econômica da sua família? (Não trabalho e meus gastos são custeados, Trabalha e sou independente financeiramente, Trabalho, mas não é independente financeiramente, ou Trabalho, Sou responsável pelo sustento da família)

Você desenvolve alguma atividade remunerada (Sim, estágio, Sim, bolsa fornecida pela UFPB, Sim, tenho carteira assinada, Sim, sou concursada, Sim, sou contratada, Sim, sou autônoma, Não)

Qual a sua renda familiar? (até 02 salários mínimos, de 03 até 05 salários mínimos, de 06 até 08 salários mínimos, superior a 08 salários mínimos, benefício social governamental)

Qual seu ano de ingresso no Curso de Licenciatura em Dança?

Quando ingressou no Curso de Licenciatura em Dança você já tinha filhos? (Sim, já tinha, Sim e, posteriormente, tive outro(a), Não tinha)

Caso tenha respondido sim a pergunta anterior, quantos e qual a idade?

Caso tenha respondido não, em que momento do Curso de Licenciatura em Dança você o(a) teve?

Você concluiu a graduação? (Sim, conclui, Sim, mas em algum momento precisei trancar, Não conclui, Não conclui, pois mudei de curso)

Caso sua resposta tenha sido NÃO para a pergunta anterior, e você se sinta confortável, poderia informar o porquê não conseguiu concluir? Relaciona a não conclusão com a maternidade?

Você considera que teve e/ou tem rede de apoio para permanecer e concluir o Curso de Graduação em Dança? Se sim, quem se configura como sua rede de apoio?

Você considera que teve e/ou tem apoio da UFPB para permanecer na Instituição e concluir o Curso de Licenciatura em Dança? Se sim, qual?

Você considera que foi acolhida e recebeu apoio necessário durante sua gestação e/ou maternância da coordenação do Curso de Licenciatura em Dança? Explique.

Você considera que foi acolhida e recebeu apoio necessário durante sua gestação e/ou maternância dos(as) docentes da Licenciatura em Dança? Explique.

Você considera que foi acolhida e recebeu apoio necessário durante sua gestação e/ou maternância dos(as) discentes do Curso de Licenciatura em Dança? Explique.

Em algum momento você pensou em desistir ou desistiu de concluir o Curso de Licenciatura em Dança? Explique.

Você considera que o Bloco C do CCTA (Abacatão) possui acessibilidade para gestante e/ou mães? (Tendo em vista as necessidades das gestantes, mães, bebês e crianças). Explique.